SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2022

ATA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2022 e da ata da sessão ordinária de 29 de abril de 2022;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Aprovar o Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos em Áreas Edificadas;

2.3 - Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – Criação de 20 postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional para constituição de reservas de recrutamento para os Agrupamentos de Escolas do Concelho e respetiva abertura de procedimentos concursais;

2.4 - Aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – Correção da designação de habilitação literária de um Técnico Superior dos Serviços de Ambiente, Águas e Saneamento;

2.5 – Designação de 3 Cidadãos efetivos e 3 Cidadãos suplentes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Senhoras e Senhores Deputados.

Aguarda-se a chegada da Senhora Segunda Secretária para composição da Mesa. Não sei se demora, se não demora. Não há nenhuma comunicação. Não vem? Muito bem. Estão-me a informar que não vem. Portanto, chamo a Dr.ª Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro.

Como habitualmente, o Plenário não se opõe?

Então, muito boa noite a todos.

Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara,
à Senhora Vice-Presidente da Câmara,
à Senhora Vereadora, aos Senhores Vereadores
e às Senhoras e Senhores Deputados.

E, claro, naturalmente, às pessoas que estão no Público, as minhas saudações também.

Vamos dar, então, início a esta Assembleia Ordinária e começaríamos, naturalmente, por fazer a chamada. Não. Faz favor.

(A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

- Temos vinte e seis presentes e duas faltas das Senhoras Deputadas Municipais Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral e Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro

A Mesa da Assembleia Municipal considerou injustificada a falta da Senhora Deputada Municipal Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Temos quórum. Antes de iniciar os trabalhos gostaria de referir que o Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques não está presencialmente. Pediu para estar online. Penso que estará. Muito boa noite.

E o Senhor Deputado Tiago Filipe Almeida da Fonseca pediu a sua substituição apenas para o dia de hoje e é por isso que temos aqui um novo Senhor Deputado, o Senhor Ernesto Esaú Dinis Marques da Fonte. Bem-vindo, então, aos trabalhos também.

O Senhor Deputado Tiago Filipe Almeida da Fonseca enviou o pedido de substituição em 22 de junho de 2022. E os Serviços convocaram o outro Senhor Deputado para o seu lugar porque foi ele que pediu. Certo. Só por hoje.

E, assim, vamos começar, então, os trabalhos do Período de Antes da Ordem do Dia. Ponto n.º 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2022 e da ata da sessão ordinária de 29 de abril de 2022.

Embora na sessão extraordinária a ata não tenha nenhum ponto para aprovar, informam-me os Serviços que ata tem que ser aprovada na mesma para ficar a constar. A outra, a de 29 de abril de 2022, essa será colocada aqui à discussão para se verificar se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a propor antes de ser aprovada.

Ninguém? Portanto, se ninguém precisa de nenhum esclarecimento, passaríamos, então, à votação das duas atas. Então, vamos votar uma de cada vez. Muito bem.

Então, vamos à de 25 de Abril de 2022. Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, aprovada por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Deputados Pedro Renato Figueiredo Pinto e Ernesto Esaú Dinis Marques da Fonte.

Vamos agora submeter à votação a de 29 de abril de 2022. Quem se abstém? Quem vota contra?

Portanto, aprovada por maioria, com cinco abstenções, dos Senhores Deputados Maria José Serol de Brito Correia, João Alfredo Lopes Ferreira, Ana Carla Figueiredo Luzio, António Fernandes da Costa e Ernesto Esaú Dinis Marques da Fonte.

Passamos agora ao ponto 1.2 - Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 22 de abril de 2022, do Senhor Membro da Assembleia Pedro Renato Figueiredo Pinto informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão extraordinária do dia 25 de Abril de 2022;

- E-mail, datado de 27 de abril de 2022, do Senhor Membro da Assembleia João Alfredo Lopes Ferreira informando que por motivos de participação como autoridade desportiva, no

Rallye de Mortágua, de 29 a 30 de abril, e apesar dos esforços desenvolvidos, não lhe é possível comparecer à sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2022;

- E-mail, datado de 28 de abril de 2022, da Senhora Membro da Assembleia Maria José Cabral informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na Assembleia Municipal agendada para o dia 29 de abril de 2022;

- E-mail, datado de 29 de abril de 2022, da Senhora Membro da Assembleia Ana Carla Figueiredo Luzio informando que por se encontrar em isolamento profilático (realizou hoje o teste dando positivo), não poderá estar presente na Assembleia Municipal agendada para, hoje, dia 29 de abril de 2022;

- Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira que aprovou por unanimidade a votação da criação da Freguesia de Aguieira;

- Ofício n.º 31, Processo n.º 2022/150.10.700.01/1, datado de 12 de maio de 2022, da Assembleia Municipal de Carregal do Sal - Envio de Moção referente à poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós;

- E-mail da Fundação Lapa do Lobo – Convite para a Conferência relativa à temática da Eutanásia, dia 18 de junho de 2022, pelas 15:00 horas no Auditório Maria José Cunha;

- E-mail, datado de 27 de maio de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas - Designação de Cidadãos Eleitores para a CPCJ de Nelas;

- Ofício n.º 4322, datado de 22 de junho de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 30 de junho de 2022;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 09/2022, datado de 02 de maio de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 29 de abril de 2022;

- Ofício n.º 10/2022, datado de 19 de maio de 2022, enviado à Ex.m.ª Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, informando que deu conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas e aos Senhores Vereadores em Regime de Permanência da Moção daquela Assembleia Municipal, referente à poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós, no sentido de ser regularizada a situação;

- Ofício n.º 11/2022, datado de 19 de maio de 2022, enviado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, dando conhecimento do Voto de Louvor apresentado e aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em de 25 de fevereiro de 2022;

- Ofício n.º 12/2022, datado de 19 de maio de 2022, enviado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, dando conhecimento do Voto de Louvor apresentado e aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em de 25 de fevereiro de 2022;

- Ofício n.º 13/2022, datado de 20 de junho de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 30 de junho de 2022;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados receberam a Correspondência Recebida e a Correspondência Expedida. Queria ressalvar aqui e fazer uma referência especial na Correspondência Recebida em

que existe uma Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira que aprovou por unanimidade a votação da criação da Freguesia de Aguieira.

Não sei se, depois, no final, algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este assunto porque temos outro, um bocadinho mais complexo, que é o seguinte: Uma Moção, que foi enviada à Assembleia Municipal no dia 12 de maio de 2022, pela Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relacionada com a poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós.

Ora bem, esta Moção, no fundo, vem dizer: Que mal é que nós fizemos ao nosso Concelho vizinho para nos estar a poluir a água da Ribeira de Travassos, não esperávamos isso do nosso vizinho do Concelho de Nelas. E que iam apresentar, já tinham apresentado até uma queixa-crime contra o Município.

É evidente que eu dei conhecimento desta Moção ao Executivo, em efetividade de funções, ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores em Regime de Permanência, dando-lhe conhecimento desta Moção. Respondi, naturalmente, também à Assembleia Municipal de Carregal do Sal dizendo-lhe o seguinte: Que o assunto iria ser debatido hoje aqui e aquilo que hoje fosse decidido, lhe transmitiríamos depois.

Parece-me que esta Moção da Assembleia Municipal de Carregal do Sal chega um bocadinho fora de tempo porque ela chega aqui apenas no dia 12 de maio deste ano, quando a anomalia que se verificou teria sido em novembro, dezembro e janeiro. Uma questão que já discutimos aqui por falta de reagentes. A partir daí, penso que a Câmara Municipal de Nelas deslocou-se ao Carregal do Sal, fez vários contactos e esclareceu tudo. E parece-me que já não se justificava, uma vez que o assunto ficou devidamente esclarecido e já não se justificava o envio desta Moção e muito menos uma participação-crime.

De qualquer forma, eu fui verificar a ETAR n.º 3 e a saída as águas residuais saem claras. Ora bem, não sei se estão descontaminadas, ou não. Mas, claras, elas saem. Tive o cuidado de hoje passar por Beijós e verificar se, de facto, a Ribeira estava ou não poluída. Já tinha visto anteriormente que existia uma espécie de espuma na água. Hoje não tem. E a água está límpida. Portanto, não sei se os Senhores Deputados querem já tratar deste assunto agora ou se vamos deixá-lo para o ponto seguinte. Se ninguém se quiser pronunciar para já, passaríamos, então, ao ponto 1.3.

E o ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. Perguntava aos Senhores Deputados quem se quer inscrever. Quatro inscrições. Então, dava a palavra ao Senhor Deputado André Borges. Faz favor de vir à Tribuna.

O Senhor Deputado André Borges:

- Boa noite a todos.

Senhor Presidente,

Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Público em geral.

As obras que estão a ser realizadas e que, atualmente, ocorrem na Estrada Nacional n.º 231, na Ponte sobre o Caminho-de-Ferro e todos sofremos um grave problema da acessibilidade alternativa.

A Rua Eng.º Alberto Cardoso de Vilhena não pode, nem tem capacidade para ser alternativa para circulação de tão grande tráfego, incluindo o do Pesados. A circulação, por vezes, torna-se caótica, zonas onde dois pesados não passam um pelo outro, há o surgimento de buracos e de uma degradação a nível do seu pavimento, sem esquecer o aumento de tráfego na Zona Escolar.

Esse problema seria, facilmente, solucionado com a conclusão da Estrada que liga a rotunda do Folhadal e a Quinta do Carvalhão Torto, na Estrada Nacional n.º 234, com a Rua Dr. Eurico Amaral.

Para quando a pavimentação dessa Estrada que, tantas vezes, é usada como alternativa, que já é utilizada por vários condutores e pode aliviar o Centro da Vila e a Zona Escolar da circulação de pesados?

Tendo sido já construídos os muros para o aumento do cemitério de Vilar Seco e onde não se viu mais qualquer tipo de continuidade para finalizar a obra, pergunto ao Executivo quando se prevê a sua finalização com a respetiva construção do parque de estacionamento.

Pergunto se o Senhor Presidente já poderá dar alguma resposta sobre o Processo 2014-A/01P02/4, que aqui abordei na última Assembleia. E se o grande Reservatório de Água já se encontra em pleno funcionamento para se proceder ao abastecimento de água aos Municipes. E se há alguma evolução no que diz respeito à prospeção de lítio no Concelho.

Para finalizar a minha intervenção, venho parabenizar, embora com o reconhecido atraso, todos os intervenientes pela inclusão das Caldas da Felgueira na Rota das Aldeias de Portugal. Essa conquista exige da Autarquia um investimento contínuo na sua promoção. Além do Turismo Termal e de Aldeia, podemos também aproveitar o Rio Mondego para criação de espaços lúdico-desportivos, tais como a Praia Fluvial e a prática da Pesca lúdico-desportiva, podendo aproveitar as instalações criadas no passado para a Praia Fluvial, podemos criar uma zona de lazer com churrasqueiras, mesas, sanitários e recipientes para a recolha do lixo, servindo também de apoio aos Pescadores que ali se deslocam.

Será necessário investir no desassoreamento do Rio, limpeza da margem e num trabalho mais abrangente intermunicipal, que é a problemática da existência de uma espécie invasora, o siluro, vulgo Peixe-Gato, que coloca em perigo a biodiversidade e em especial a espécie que apaixona os Pescadores locais e a cessação da jóia da Coroa do peixe do Rio: a boga e o barbo.

Sobre a Praia Fluvial, pode o Executivo estudar a sua criação no Município, visto que nas Caldas da Felgueira, a mais próxima povoação e/ou também na entrada das Fontanheiras, aproveitando, assim, o Rio Dão para promoção do Município.

Um outro ponto que garante mais na promoção turística do Concelho é o Turismo Cinegético. Aproveito para desejar votos de enorme sucesso aos novos Órgãos Sociais do Clube de Caça e Pesca de Nelas e lançar um desafio, tanto à Autarquia, como ao Clube, que seria a realização de um fim-de-semana onde a Caça e a Gastronomia associada estejam de mãos dadas, assim como uma parceria com as Termas, Hotelaria, Restauração, Vinhas e Queijarias. É um desafio que lanço e que poderá, sem dúvida, trazer um grande retorno ao Concelho.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Presumo que o Senhor Presidente da Câmara responderá apenas a todos no final, como habitualmente.

Segunda intervenção. Senhor Deputado, faz favor de ir à Tribuna.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Boa noite a todos. Boa noite, na presença dos Senhores Presidentes.

A minha vinda aqui é uma forma de agradecimento e sensibilização. Agradecer ao Município o que está a fazer em relação aos dois Corpos de Bombeiros na criação das duas EIP,s, enquanto Cidadão e enquanto Membro desta Assembleia, na qual, a segunda EIP dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, se tudo correr bem, arranca já no dia 1 de agosto. O que isto é

muito bom para o nosso Município e para os Municípios vizinhos porque teremos uma Força mais musculada e mais rápida.

Dois mil e dezassete já lá vai. Mostrou-nos aquilo que nós temos, as nossas fraquezas, que são muitas. Vamos voltar a ter um verão de 2017 não tarda muito. E, disso, podem ter a certeza absoluta, mediante aquilo que é analisado no dia-a-dia. E, 2017 mostrou as nossas fraquezas porque os nossos Bombeiros, em relação a meios técnicos, não estavam preparados. E continuam a não estar porque nada mudou. Continua tudo igual. Não é culpa de ninguém. É culpa do Sistema porque não são os Municípios, que também têm que reforçar os veículos, veículos esses, que todos têm mais de 20, 30 anos. E eu dirijo-me também ao Executivo e à Assembleia porque devemos fazer um bocadinho de força também, ou nos Órgãos Centrais, ou nas CIM,s.

Eu acho que o Concelho de Nelas merece mais. Merece veículos novos. Veículos esses de combate a incêndios, que não temos. Temos, mas já obsoletos. E todos devemos pensar, seriamente, nesse assunto porque é um assunto sério e grave porque, quando voltar a acontecer como em 2017, se calhar, ainda vai mostrar mais as nossas fraquezas. E acho que deveríamos estar um bocadinho preparados.

Temos o mais difícil, que são a parte humana e temos bons Bombeiros no Concelho de Nelas, com boa formação e com vontade. Agora, faltam-nos ferramentas. E as ferramentas, não somos nós porque os Corpos de Bombeiros não estão preparados, financeiramente, para conseguir comprar veículos por 100.000,00 euros, 200.000,00 euros, que é o valor deles. Mas alguém tem que se chatear, seriamente, com um assunto destes. E estou a falar dos dois Corpos de Bombeiros porque nós temos a sorte, no Concelho de Nelas, de termos dois Corpos de Bombeiros. Aquilo que não acontece aqui em muitos vizinhos nossos.

Obrigado e boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, para a terceira intervenção é o Senhor Deputado Nuno Pereira.

O Senhor Deputado Nuno Pereira:

- Ora, então, boa noite.

Boa noite para a Mesa.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Boa noite aos meus Colegas,

Público em geral.

Nós, ontem, em Canas de Senhorim, tivemos a Assembleia de Freguesia e eu vinha trazer aqui uma pergunta ao Senhor Presidente, caso ele nos saiba responder. Ontem foi levantada a questão, na Assembleia de Freguesia de Canas de Senhorim, sobre aquelas, não sei se são obras, se o que é que será, ali em frente à empresa Borgstena, no Chão do Pisco. E foi-nos levantada a questão se a Câmara Municipal sabia o que é que se vai ali criar, sabendo, muitos de nós, que aquilo é privado, mas, se a Câmara Municipal está informada do que se vai ali criar. E se a parte ambiental está acautelada. Isto foi uma pergunta, ontem, na Assembleia de Freguesia para eu trazer hoje aqui à Assembleia Municipal.

A segunda questão que eu quero pôr ao Senhor Presidente é se me sabe já dar alguma notícia boa, espero, sobre o nó do IC 12 e a iluminação que eu, tanto o ando a chatear já os Serviços, se me sabe já dizer alguma coisa sobre o nó do IC 12.

A outra questão é sobre a Rua do Farol. Se temos novidades sobre a Rua do Farol, sabendo que na Rua do Farol existe uma pessoa com muita dificuldade, muita dificuldade não,

tem quase 90% de dificuldades motoras e é essencial que aquilo seja retificado, seja posto, como, não digo por este Executivo, mas já foram as obras iniciadas pelo Executivo anterior. E se há alguma novidade em relação a isso.

Obrigado. Boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Deputado. Para a última intervenção, Senhor Deputado João Paulo. Ai, há 5?

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Restantes Vereadores,

Caros Colegas,

Caro Público.

Ora, eu vinha fazer duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, duas, ou três, independentemente. Uma é como é que está o caso, lá de cima, do Reservatório das Águas. Se já foi tomada mais alguma providência quanto a isso? E saber qual foi o passo seguinte de desagregação da Freguesia de Aguieira da Freguesia de Carvalhal Redondo.

É só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Deputado. Então, agora, é mesmo a última intervenção. Faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Manuel Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Ex.m.ª Mesa,

Caros Colegas Deputados Municipais,

Ex.m.º Público,

Muito boa noite.

Eu ia começar pela informação do Senhor Presidente da Câmara, informação essa que recebemos ontem ao fim da tarde. E, portanto, isto, de facto, é legal se for por razões técnicas, ou de confidencialidade.

Isto levantou-nos logo uma expectativa, criou-nos algumas expetativas, o que é que vem aí para que a informação só venha de véspera. Há alguma coisa confidencial, ou alguma coisa técnica. Serão novas obras? O que é que podemos esperar?

Bem, verificada a mesma, nada disso contém. Vai-se a ver e nada. Nada de novo. Tudo velho. Projetos aprovados, cabimentados e adjudicados, como, por exemplo, a Avenida João XXIII, zero. Ecopista, zero. Grande Reservatório, zero, ou não, porque há lá um ponto que diz que é: Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas. Portanto, não sei se isto quer dizer que está concluído o grande Reservatório. Pronto.

Conduta de água do Reservatório elevado para as Quatro Esquinas, nada. Já não tem conta o número de vezes que rebentou a conduta e foi cortada a água.

Habitação Social, tem um protocolo assinado, empréstimo aprovado e nada.

Começamos a ficar preocupados com esta inércia do Executivo. Mas, eu atrevo-me a fazer uma pergunta: Será só inércia, ou é uma atuação concertada para não realizar projetos do

anterior Executivo? É que parece-nos que é mais isso, que outra coisa. Porque, por exemplo, impedirem que a obra da Avenida João XXIII se iniciasse, foram lestos. Ainda não tinha tomado posse já estavam a dar ordens ao empreiteiro para não arrancar. Foram rápidos a tirar o placard que anunciava a obra. Não sei qual é o objetivo porque, se estão a adiar, portanto, não era necessário estar a tirar o placard.

Isto tudo já nos faz soar algumas campainhas. E a última e aí, começamos a ficar bastante preocupados é com o Sistema de Informação do Concelho de Nelas. Há um Projeto. Há um financiamento de, aproximadamente, 400.000,00 euros, com uma participação, penso eu, de 85%. O que quer dizer que o Sistema de Informação do Concelho de Nelas ficaria ao Executivo por alguns 60.000,00 euros, ou 70.000,00 euros. E, segundo me parece, eu não estive presente, mas que na última reunião de Câmara caiu por não ser oportuno.

Eu não sei porque é que não é oportuno um Sistema de Informação para Nelas, Canas de Senhorim, Santar, Caldas da Felgueira. Não sei. Era um financiamento importante. Mas, isto é, pode ser a campainha que nos diz que os outros projetos vão pelo mesmo caminho. Deixam de ser oportunos. Perdemos os financiamentos porque alguns deles têm que estar concluídos no próximo ano. E, portanto, eu perguntava, de facto, ao Senhor Presidente que, de uma vez por todas, nos dissesse se estes projetos que colocou no Orçamento para 2022 são, ou não, para executar. É, que se são, tudo bem. Se não são, é preciso assumir essa responsabilidade.

Quanto à Linha da Beira Alta, já foi aqui focado, e bem, o assunto. Eu só perguntava se, de facto, a Câmara tem algum poder de intervenção nesta obra. Portanto, a obra é das Infraestruturas de Portugal, não é da Câmara. Mas há situações que acho que a Câmara tem mesmo que pôr mãos ao caminho. Começou com a Ponte, com a passagem para peões, que não existia. Agora, como disse o André e muito bem, o trânsito é desviado por uma estrada que não tem capacidades para aguentar. E mais, se, de facto, as Infraestruturas de Portugal já se comprometeram com a Câmara a repor o pavimento nas vias que vão ficar, absolutamente, degradadas com um trânsito excessivo.

Outra situação que me trazia aqui alguma preocupação é, exatamente, já foi abordado pelo Senhor Presidente da Assembleia, que é a Moção da Assembleia Municipal de Carregal do Sal. Portanto, segundo o que o Senhor Presidente da Assembleia disse, ela não tem cabimento. Bem, alguma coisa aqui não está em consonância. Ou a Moção que foi parar à Assembleia já é antiga e só agora é que foi à Assembleia. Ou, de facto, o problema não está resolvido. Se está resolvido, parece-me que o Executivo tem que tomar uma medida forte a negar, a dizer que as acusações que são feitas e que são gravíssimas. As afirmações que aquela Moção contém são gravíssimas. Acusam-nos de poluidores conscientes. Diz-nos que só não tratamos os efluentes porque não queremos porque é caro. Não é justificação, de maneira nenhuma.

Portanto, o Senhor Presidente da Assembleia disse que nós podíamos aqui, ou que viéssemos aqui, nesta Assembleia, poderíamos, depois falar. Nós não podemos fazer, praticamente, nada porque nós não sabemos, exatamente, quais as situações em que nos encontramos. Portanto, neste momento, é um assunto que acho que o Executivo tem que tomar em mãos porque, nesta Moção, ficamos muito mal vistos perante a opinião pública.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem, naturalmente, razão quanto à entrega da Informação do Senhor Presidente da Câmara com 24 horas de atraso, pelo menos. Mas, naturalmente, esse assunto será esclarecido no ponto n.º 2.1 da Ordem do Dia.

Parece-me que há mais uma intervenção. Faz favor Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:
- Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhora Vice-Presidente da Câmara,
Senhora e Senhores Vereadores,
Caros Colegas,
Estimado Público.

O que me trás aqui hoje é algumas intervenções anteriores e que me fazem colocar aqui uma reflexão a esta Assembleia.

Foram vários os intervenientes que falaram no Reservatório de Água. Reservatório de Água que foi inaugurado há cerca de um ano. Mas que, realmente, não funciona. É o que temos. Portanto, não funciona porque não estava para funcionar quando foi inaugurado. Várias falhas, como muitas, que houve, nos projetos anteriores e que foram aqui referidas que, realmente, não iam para a frente.

E queria deixar aqui uma ressalva a um projeto estruturante no nosso Concelho. E que leva até a moções e tudo isso, que é a ETAR III, de Nelas. Ou seja, sabem os Senhores Deputados que a ETAR III, de Nelas, teve trabalhos a mais em valores de 350.000,00 euros? Do que se sabe. Ou seja, isto é um valor que dava, realmente, para compensar outras obras que não podem ser executadas porque não há Contabilidade que nos valha.

E, depois, fala-se aqui que a nível da Informação foi retirado, na última Revisão do Orçamento, foi retirado. Mas não se explica aqui que esse concurso, que foi colocado pela Câmara Municipal a concurso, nenhuma empresa o quis fazer porque, por aquele valor, ninguém o fazia. E depois, diz-se: Bem, vinham 300.000,00 euros do Estado. Mas não dizem que 85.000,00 euros tinham que ser pagos pelos Contribuintes deste Concelho. Por todos nós. E não estavam cabimentados. Que é grave. Que é grave. Já para não falar dos valores que não foram cabimentados, superiores a 1.300.000,00 euros, que apareceram. Isso é que é preciso dizê-lo aqui.

E mais, Meus Senhores, sabem porque é que, se calhar, não são apresentadas aqui obras estruturantes nestes primeiros meses? Porque ainda há poucos dias atrás tivemos que pagar do erário público, do erário público, porque o anterior Presidente da Câmara colocou uma Ação contra o Vereador Dr. Manuel Marques e que a perdeu e quem vai ter que pagar os custos, no valor superior a 13.000,00 euros, somos todos nós. E não são só 13.000,00 euros, porque é assim: Esse Senhor utilizou, utilizou o Advogado da Câmara Municipal, que também é pago e nós, normalmente, sabemos que é meio, meio. Se um leva 13.000,00 euros, o outro leva 13.000,00 euros, ou pouco menos, ou pouco mais.

Portanto, essa Ação fica a todos nós num valor superior a 27.000,00 euros. E, depois, dizem assim: Há dinheiro? Pois há. Mas é para pagar aquelas Ações que alguns fizeram. Mas que não vêm aqui dizê-las. Vêm dizer: Não fazemos obra. Realmente, se calhar, não se faz obra. Mas anda-se a pagar os desvaneios de determinadas pessoas. Vamos ser claros e ser honestos daquilo que dizemos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais uma intervenção? Faz favor Senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Morais, agradecia-lhe que fosse sintético porque temos uma hora para

este Período e ainda falta a resposta do Senhor Presidente da Câmara. Mas dou-lhe o tempo que for necessário.

O Senhor Deputado Pedro Morais:

- Com certeza, Senhor Presidente.

Então, aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Dr. Vaz, os Senhores Vereadores, o Estimado Público, os Estimados Deputados e um cumprimento especial aos meus Colegas das Juntas de Freguesia.

E começo a minha intervenção por falar de Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Juntas de Freguesia porque nós somos aqueles que somos esquecidos durante a maior parte aqui das intervenções e também dos Orçamentos e, falando, principalmente, de Vilar Seco.

O que eu queria aqui dizer é que é importante começarem a olhar para as Juntas de Freguesia, principalmente, as mais pequenas e tentar, de uma forma mais, não de igualdade, mas de equidade, aquilo que investem nas Freguesias mais pequenas.

E o que me trás aqui hoje, principalmente, é, depois de 8 meses, 9 meses, de mandato na Junta de Freguesia, assim como os meus Colegas, aquilo que a gente tem ouvido mais é a questão financeira da Autarquia.

E a minha intervenção hoje vai um bocado por aí porque podemos todos estar aqui a falar dos projetos que estão, que estavam previstos e os que estão, mas é importante saber a realidade financeira da Autarquia. E, isso aí, peço desculpa ao atual Executivo e todos os presentes aqui devem ter noção disso, pelo menos deviam, é que a situação financeira da Autarquia é muito preocupante.

E isso preocupa-me a mim, enquanto Presidente de Junta, porque há obras estruturantes para fazer em Vilar Seco. Há obras paradas de há 10 anos. A Urbanização do Prado, em Vilar Seco, é uma obra parada há 10 anos. Há 10 anos que não mexem uma única palha naquela obra. A população está farta de falar daquela obra. O Executivo anterior não quis saber daquela obra.

E eu pergunto ao Senhor Presidente o que é que vamos fazer para a Urbanização do Prado. Legalmente, a Urbanização devia estar concluída. Se não, não existe, legalmente, não é possível atribuir uma licença de utilização a uma moradia que é lá construída e isso foi feito. A Urbanização não está acabada. E urge, naturalmente, resolver esse problema.

O André falou e bem, do cemitério. É outra obra que andou a decorrer durante 8 anos. E eu não quero isso para a minha Freguesia. Assim como os meus Colegas também, certamente, não querem para a deles.

Com isto, vinha aqui trazer uma sugestão ao Executivo. Acho que é importante olhar para Concelhos vizinhos e verificarem o que é feito lá a nível de investimento nas Freguesias. É o mais transparente possível. São executados Contratos-Programa com as Freguesias. Aí, é muito mais fácil a execução da obra porque a obra passa pela Junta de Freguesia, apoiada pelo Contrato-Programa pela Autarquia. E acho que é importante começarem a olhar para esse investimento nas Freguesias aqui em Nelas dessa forma porque, senão, vamos ter mais do mesmo. E eu, mais do mesmo, para a minha Freguesia, não quero e não admito e a minha população também não.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Compreendo o seu estado de alma e as suas preocupações, sobretudo para quem tem uma Junta de Freguesia onde chove lá dentro. Mas, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara vai agora responder-lhe. Há mais alguma intervenção? Não há? Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a cada uma das intervenções. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:
- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.
Muito boa noite a todos.
Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras Secretárias,
Senhora Vice-Presidente da Câmara,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,
Estimadas e Estimados Deputados da Assembleia Municipal,
Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,
Estimado Público.
Colaboradores da Autarquia.

E, naturalmente, ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques, que está nesta sessão por videoconferência.

Eu começaria por dois pontos que me parecem pertinentes e que não foram aflorados. Mas que, se calhar, fará sentido falar sobre eles.

Um deles tem a ver com a questão da água. A questão da água tem a ver com o abastecimento de água. Toda a gente que está aqui presente e, seguramente, os Municípes, têm acompanhado a questão da água com alguma expectativa que a questão seja resolvida. Há a constituição informal, digamos assim, da Empresa Intermunicipal de Água, que foi criada e que foi levada a efeito e depois acabou por não ser constituída formalmente. Era, inicialmente, para 8 Municípios, depois acabou por ficar com 5 Municípios.

Na altura, houve um Município, o Município de Viseu, que colocou algumas reservas. Posteriormente, houve 3 Municípios, inclusivé o nosso, que não subscreveram a proposta inicial. Depois, mais tarde, acabaram por ficar 5 Municípios, que são os que existem atualmente: Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Viseu e Sátão. E, embora exista uma Comunidade, digamos assim, uma Empresa Intermunicipal de Águas, ela não está, formalmente, constituída. Mas existe como Empresa Intermunicipal e também tem reunido nesse sentido. Ora, esta Empresa, havia um Projeto, como sabem, da construção de uma Barragem nova. E havia Estudos já definidos e havia também o compromisso da APA, da construção da nova Barragem.

Neste momento, o que os Municípios têm discutido é a questão do fornecimento de água. E, na questão do fornecimento de água, têm sido feitas reuniões nesse sentido e as reuniões têm sido todas muito conciliadoras nesse sentido. Todos os Municípios são favoráveis a que haja a constituição da nova Barragem e que sejam feitas reuniões, estão programadas, também com a APA, no sentido de ser construída a nova Barragem. Em paralelo, há a possibilidade de respostas a curto prazo. Uma construção de uma nova Barragem é uma solução a médio prazo, para ser, digamos assim, com alguma bonomia. Vai demorar o seu tempo.

Entretanto, há soluções, também pensadas a curto prazo e algumas que havia em cima da Mesa seriam a constituição de Parcerias Público-Privadas, Público-Públicas, ou mesmo de âmbito só privado. Neste momento, está em cima da Mesa, como é do conhecimento publico, o fornecimento de água de um dos Concelhos. Havia uma proposta das Águas do Douro - Paiva na constituição de um apoio e de uma ligação nesse sentido, que tinha a ver com o fornecimento de 10 mil metros cúbicos diários de água. E a questão que está em cima da Mesa é definir ao certo para quem é esse abastecimento de água.

Há Concelhos que estão também a trabalhar nesse sentido. E há uma reunião, que era para ser feita esta semana que, entretanto, não pôde ser feita por compromissos de alguns outros

Presidentes destes 5 Municípios. E está agendada para o próximo dia 8 uma reunião da Empresa Intermunicipal para definir, completamente, esta questão das empresas de água. A ideia que o Município tem é a que sempre teve. Isto é uma questão de escala também. A ideia que temos é que a Empresa Intermunicipal deve prevalecer, deve continuar. E, porque, com os 5 Concelhos e também, particularmente, com a participação de Viseu, até pelo número que tem e a expressividade que tem, dá também uma capacidade de reivindicação e negocial maior. E é essa a posição do Município de Nelas.

Tudo o que seja, ainda falámos nisso na última reunião de Câmara e temos falado nisso regularmente e mesmo em termos de Comunicação Social, nós acreditamos na Empresa Intermunicipal, no funcionamento no seu todo, quer seja numa solução a curto prazo, num eventual adesão a este Sistema, quer na solução de médio prazo com a construção da nova Barragem. Sendo que, independentemente do que venha a ser decidido, se houver alguma decisão mais unilateral os Municípios também estão, muitos deles, emanados em que haverá uma constituição dos próprios Municípios para se juntarem para ter uma expressividade maior.

Este é, de facto, um problema maior que nós temos a nível, não é só de Concelho, mas em termos de Região e do País. As notícias que temos ouvido, ultimamente, da água e dos reservatórios da água, não são, particularmente, e dos afluentes, não são, particularmente, e das albufeiras, muito tranquilizadoras. Nós sabemos também o ano que tivemos. Mas as soluções nesse sentido, as notícias que foram veiculadas por quem é Responsável pela Albufeira de Fagilde, são no sentido dos níveis serem muito bons. Mas, obviamente que isso, num ano onde, eventualmente, esteja a funcionar como este de seca extrema, não seja um problema delicado.

Para o resolvermos, para o resolvermos não, para tentarmos que essa solução, que haja um solução a contento dos Municípios, o Município de Nelas, em consonância com os outros Municípios, está disponível a arranjar soluções para, precisamente, essa questão. Uma solução de curto, médio prazo e outra de médio e longo prazo. Sendo que este abastecimento da água do Douro – Paiva, estamos a falar num prazo de três anos. Portanto, não é uma solução tão imediata quanto isso. E, portanto, neste momento, é isto que está em cima da Mesa.

Acho que era importante informar a Assembleia do que são as diligências que têm sido tomadas e no seguimento até do que me parece que é uma posição consensual. Não me parece que aqui haja nenhuma interrupção em termos político-partidários. É uma questão premente e que nos junta a todos. E, portanto, a defesa dos interesses do Município estão acima de tudo. Temos falado, abertamente, sobre isto nas reuniões de Câmara. E aqui, na Assembleia, também já o aflorámos. E não haverá problema algum nessa matéria no que concerne a isso e também, se assim o entenderem, poderemos voltar outra vez a este tema. Mas, na próxima Assembleia Municipal, depois dessa reunião, já haverá outros desenvolvimentos.

Enquanto os assuntos não estiverem resolvidos em sede própria, julgo que qualquer comentário, a mais do que este, será mera especulação e da minha parte eu não contribuo para especulação, a não ser quando os Municípios, em sede própria, decidam estas questões.

A outra questão tem a ver com projetos. Nós temos, neste momento, uma candidatura à CCDR, como eu já tinha dito, por causa de questões da própria instrução do processo, que é do grau de maturidade, da Requalificação do Centro Urbano de Santar, que caiu, um projeto que havia. Entretanto, em sede de PRR, o Municipio fez a candidatura, precisamente, também nesse sentido. E a candidatura foi efectuada. E estamos à espera da decisão. Mas temos expetativas de que seja aprovada, embora, obviamente, não dependa de nós. Portanto, assegurar isso não nos parece que seja, intelectualmente, honesto. Mas essa candidatura foi feita em sede de PRR com uma comparticipação ainda maior e temos expectativas nesse sentido.

O que já foi aprovado foi uma candidatura que também fizemos em novembro. Tem a ver com a parte da reflorestação do Concelho e contempla Freguesias do Concelho, do Concelho no seu todo e que já foi aprovada e será implementada durante este ano, sendo certo também, em outubro, na altura das celebrações da floresta autóctone, nós tenhamos o processo adiantado nesse sentido também e mesmo com a identificação das árvores que são Património Municipal com relevo nessa matéria.

Dizer-vos ainda também uma outra questão, que é importante: Além da água e da questão dos projetos que estão em causa e antes de entrarmos no resto, é, já falámos aqui várias vezes que um dos grandes objetivos deste ano, embora perceba as dores de toda a gente e compreendo-as e não tenho problemas nenhuns em que a Autarquia assuma isso. A grande questão para este ano de 2022 é a questão do reequilíbrio da sustentabilidade financeira para se avançar para um outro patamar.

Não é, propriamente, uma notícia que se goste de dar. É, politicamente, incorreta. Não é muito popular. Não se lucra muito em dizer isto. E, bem, pelo contrário, é sujeito, eventualmente, à ansiedade de muita gente, nomeadamente, os Senhores Presidentes de Junta. Mas já o dissemos várias vezes e também nesta questão, eu acho que é importante dizermos as coisas como elas são.

Obviamente que seremos sempre alvo de questionamentos, de alguma ansiedade. Mas o caminho faz-se caminhando e nós esperamos que, com o pagamento da faturação que houve, acrescida até dezembro, na ordem dos seis milhões de euros, que a sustentabilidade financeira que nos permita em 2022 alavancar POC, sejam as expetativas das Juntas de Freguesia do Concelho, por um lado e do Programa Eleitoral que sufragámos e que foi eleito, seja concretizado, não na sua íntegra, mas em grande parte, ou naquilo que é o seu esqueleto maior, seja uma realidade. E esse é o trabalho que está a ser feito nesse sentido, embora percebamos, naturalmente, que nunca se agradará a toda a gente e as expectativas e alguma ansiedade, não sejam, naturalmente, correspondidas. Mas isso é a vida de quem está sufragado. Nós assumimos isso, sem problemas. É um trilho que nós escolhemos, a sustentabilidade financeira para o patamar seguinte, naturalmente, sujeitos ao escrutínio, às críticas e, eventualmente, a alguma ansiedade.

Indo, diretamente, eu vou tentar ser o mais resumido possível, no que for possível, Senhor Presidente da Assembleia, mas como alguns dos assuntos têm alguma relevância, vou tentar não me alongar. Portanto, falando com o Senhor Deputado André Borges nas questões que colocou. Na questão da Rua José Vilhena, como contraponto às obras da Modernização da Linha da Beira Alta. Mesmo, nesta questão da Modernização da Linha da Beira Alta, todo o Plano já estava feito previamente. Portanto, nós, basicamente, apanhámo-lo. Desculpem a expressão, ou feliz. Mas, é isso que, basicamente, aconteceu. Portanto, já estava tudo definido. E algumas das coisas, fomos corrigindo, como, por exemplo, a passagem pedonal. Mas já lá vamos.

Em relação à Rua José Vilhena, os buracos já lá não estão. Não sei se o Senhor Deputado já lá passou. Já foi alvo de intervenção nesse sentido. A Rua José Vilhena é o único acesso que há porque a outra Rua que falou da Estrada do Carvalhão Torto, embora nós tenhamos todos a ideia que é pública, não o é. Uma reduzida, uma ínfima parte, é pública, na parte final, no sentido do Carvalhão Torto até ao acesso à Ponte do Folhadal, é privado. A esmagadora maioria é privada, que era uma Urbanização que havia ali. Nós estamos a tentar, com os proprietários, a ver ali e, aliás, da parte dos proprietários até tem havido bonomia na utilização daquela Estrada. Aquilo não é uma Estrada pública, digamos assim. Há só uma parte no final do troço. Portanto, alcatroar uma coisa que não é nossa não fará sentido. Mas, sim, está acautelado com as Infraestruturas de Portugal o alcatroamento da Rua José Vilhena depois com a sobrecarga grande que tem em termos de tráfego.

Mas, pronto, a parte da passagem pedonal foi depois resolvida, acho que a contento. Pode não ser a melhor solução do mundo, mas é uma solução provisória e que, eventualmente, resolve também um problema da passagem pedonal de quem está a Sul da parte da intervenção.

O muro do cemitério de Vilar Seco e o estacionamento. Há obras prementes que têm sido feitas. Mas, muitas delas, também encaixam naquilo que acabei de dizer, Senhor Deputado. Obviamente que, se todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia interviessem, têm todos, obras urgentes para fazer e nós percebemos isso. Tentamos resolver algumas. Algumas intervenções foram feitas nas Freguesias. Não tantas como desejaríamos e, particularmente, não tantas quantas os Senhores Presidentes de Junta desejariam e almejariam. Mas da parte do Executivo há interesse em que isso seja feito dentro das disponibilidades que estão feitas.

Na questão do Reservatório da Água, até porque foi uma questão transversal a toda a gente. Nós temos falado nisso com regularidade aqui em sede da Assembleia Municipal e gosto, particularmente, quando o Senhor Deputado António Borges fala na questão do Reservatório da Água porque há um ano atrás, está quase a fazer um ano, esteve na inauguração do Reservatório da Água que ainda não está a funcionar. E, eu, particularmente, gosto disso. Gosto quando nos questionam o porquê de não estar a funcionar um equipamento que foi inaugurado há um ano.

E porque é que o equipamento foi inaugurado há um ano atrás e não está a funcionar? Não está a funcionar porque tinha várias insuficiências que foram corrigidas, ou que estão a ser corrigidas. É verdade que, em abono da verdade, eu disse aqui que estava à espera que no primeiro trimestre, o primeiro quadrimestre, peço desculpa, deste ano a questão estava resolvida, que foi a expectativa que também nos foi criada.

Havia uma questão relacionada com as terras e com a localização e que tinha a ver com a parte gravítica e com a parte das terras e uma com a componente elétrica. Depois de várias tentativas feitas nas reuniões com as Entidades envolvidas, quer com o Consórcio Empreiteiro, quer com a Fiscalização, que foram fantásticos também nesse sentido, foram experimentadas várias soluções e o problema das terras está resolvido, bem como a parte, depois, que pertenceu à parte elétrica, que também está resolvida.

E, portanto, agora estamos em fase de experimentação para podermos, brevemente, esperamos, como nós desejamos e como nós estamos à espera de que, brevemente, essa questão esteja, finalmente, resolvida e se possa fazer o Reservatório da Água novamente. Não sei se faremos uma inauguração, de novo, do Reservatório. Mas será um gosto convidar toda a Assembleia Municipal à inauguração de uma obra que esteja a funcionar na sua plenitude.

No que concerne às Aldeias de Portugal, também que falou o Senhor Deputado, é, naturalmente, um regozijo Caldas da Felgueira foi escolhida, como podiam ter sido escolhidas outras Freguesias do nosso Concelho. As Caldas da Felgueira têm uma parte emblemática grande. Tem sido desenvolvido um conjunto de atividades muito importantes na promoção territorial também da Felgueira, não só sobre a égide deste Projeto, mas outras também. E há questões ali para resolver, sim.

A Praia Fluvial é uma questão que está no próprio Programa Eleitoral deste Executivo. Gostaria também de dizer ao Senhor Deputado André que gostaria que a Praia Fluvial, se calhar, estivesse a funcionar este verão. Era ótimo. Mas, há 4 anos, Roma e Pavia não se fizeram num dia e esperamos, de facto, no seguimento daquilo que nós falámos do que definimos para 2022 da sustentabilidade financeira, em 2023 avançar nesse sentido. Sendo que, em abono da verdade, algumas coisas poderão, eventualmente, ser feitas lá.

Se os Senhores Deputados acharem, nas suas intervenções, ou os Senhores Presidentes de Junta, que houve algum assunto que eu não tivesse, devidamente esclarecido, se o Senhor Presidente da Assembleia assim o autorizar, podem replicar e eu vou tentar dá-la.

O Senhor Deputado Municipal Pedro Renato, a criação das segundas EIP,s. A criação das segundas EIP,s foi um dos maiores Programas Eleitorais do que estava no Programa Eleitoral deste Executivo para concretizar. Nós estamos a falar num esforço significativo da Autarquia. O que nós temos no Concelho é, felizmente e nem todos têm, duas Corporações. Nós temos duas. O que obriga, obriga não, o que faz com que haja um esforço redobrado, até por uma questão de equidade, que já aqui foi falado e de justiça. Portanto, nós temos duas Corporações de Bombeiros. E, portanto, se criamos uma EIP numa, temos que criar uma EIP na outra e faz todo o sentido.

E, portanto, neste momento, nós temos 4 EIP,s. Duas em cada Corporação. Vinte Ativos Profissionais, qualificados, para fazerem uma coisa que é importante. Uma EIP não é, uma Equipa de Intervenção Permanente não é um subsídio aos Bombeiros. É a ideia que eu tenho. Os Bombeiros não são beneficiários destas EIP,s. Os beneficiários destas EIP,s somos todos nós. São os Municipes. É o Concelho todo que tem 20 Profissionais, esperemos nós até na articulação das duas Corporações que foi o grande desafio que lançámos em, eventualmente, até poder funcionar durante as 24 horas. E é um descanso para todos nós, enquanto Autarcas, mas, particularmente, enquanto Municipes, sabermos que temos Profissionais que estarão prontos a zelar pela população, pela defesa do Património das pessoas, que é o mais importante.

E estas EIP,s vão ter, no que foi contratualizado com os Bombeiros também, no que seria a ação das segundas EIP,s e do seu âmbito de intervenção, seriam 3, ou 4 questões que nós julgamos, devidamente, importantes. Um, a planificação da intervenção do que tem a ver com o combate aos fogos florestais e às grandes questões que nos assolam no verão. Também às questões industriais, também na planificação e na colaboração. No apoio às Freguesias. E, depois, no apoio social também. Há aqui uma componente forte. Os Bombeiros Voluntários, além das Instituições que nós temos de apoio à Ação Social, os Bombeiros têm um conhecimento do terreno importantíssimo, que é um complemento para isso.

E, portanto, nós, com este conhecimento todo e com esta oferta e com esta operacionalidade dos Bombeiros, que ninguém, acho, que coloca em causa. É uma questão transversal. Estas EIP,s, a de Canas de Senhorim vai funcionar já a partir de 1 de agosto. É o que está definido. E a de Nelas também muito brevemente. E o objetivo, além destes Operacionais e do que há através da Proteção Civil Nacional, com os Operacionais que existem, alargando um leque bem alargado para a proteção ao Município e ao bem-estar das pessoa e dos bens também. Esperemos que não aconteça nada. Mas, nesse sentido, está, devidamente, salvaguardado.

Na questão da aquisição de novas viaturas, que é uma questão que os Bombeiros têm falado com bastante assiduidade. Obviamente que isso tem funcionado muito, ao longo destes tempos, com as políticas nacionais e de apoios também nesse sentido. Como disse e bem, o Senhor Deputado Pedro Renato, muito disse tem a ver com os Municípios e à organização disso e à Comunidade Intermunicipal Dão Lafões e a CCDR e a junção dos Municípios no sentido em que haja sensibilidade para aquisição de novas viaturas. Aquisição de novas viaturas porque o Parque Automóvel está, de facto, a ficar, pronto, com alguma antiguidade. O que se aplica também, agora, face ao transporte, até para o Parque Automóvel do Município que não é fácil resolver.

No que concerne ao Senhor Presidente de Junta, Nuno Pereira, no que concerne às obras em frente ao Chão do Pisco, o que nós temos aqui é uma obra particular, o que não invalida que o Município não esteja atento a isso. Houve um primeiro movimento de terras já anterior. Este é um segundo. E no primeiro movimento de terras houve uma Fiscalização da Câmara e foi levantado

um Auto de Contraordenação do que estava em curso e está a seguir os seus trâmites normais do que teria sido para fazer.

No que concerne a este, o acompanhamento também está a ser feito. Há um aterro que está a ser feito muito também com o empreiteiro da SACYR, que é quem está a fazer a empreitada da Modernização da Linha da Beira Alta, que é um Consórcio da SACYR e da SOMAGUE e, portanto, está, devidamente, tem a ver com o licenciamento de e, se calhar, até relevava isto, que é uma questão também que já foi colocada, que tem a ver com o balastro que tem de ser colocado em alguns locais, inclusivé, no próprio Município, nós também pedimos isso, para depois também, eventualmente, o podermos utilizar nas obras do Município e das Freguesias.

E havia a questão colocada sobre se o balastro teria aqui alguma questão, digamos assim, de desconformidade em termos ambientais, ou de alguma contaminação. E o que há da norma da APA é no sentido de que e é neste que foi-nos comunicado pelo Consórcio, é que está, devidamente, analisado e que também não haverá problema nesse sentido.

Eu tenho aqui a Norma que foi enviada à Autarquia pela APA no final de 2021 e tem a ver com a questão do balastro, ou seja, das condições que o balastro não tem nenhuma componente negativa em termos ambientais. Sobre a questão das linhas de água que também falou nesse sentido, está, devidamente, acautelado e uma das questões também tem a ver com a solicitação que foi feita de um parecer à CCDR.

Sobre a Rua do Farol, Senhor Presidente da Junta, sobre a Rua do Farol é assim: A Câmara Municipal de Nelas fez, de facto, expropriações no terreno já há um tempo. E, inclusivé, começou a murar. Mas foi só isso que aconteceu. Não há nenhum procedimento. Não há nenhum cabimento. Não há nenhum Projeto. E julgo que o Senhor Presidente da Junta também sabe isso. E o que nós temos aqui é um problema que está criado porque foi uma expectativa que foi criada. Foi uma obra que foi iniciada. Mas foi iniciada, nem foi pela Câmara. À semelhança do Mercado Municipal, foi iniciada pela anterior Junta de Freguesia, pelo anterior Executivo.

Sendo que, naturalmente, o que nós estamos aqui a falar e o que é importante é a Autarquia não se eximirá a resolver a situação. Mas, por honestidade intelectual, por tudo aquilo que dissemos também dos anteriores Presidentes de Junta, ou dos que não falaram, obviamente, que é uma questão que resolveremos, mas, dificilmente, este ano.

Sobre o nó do IC 12 foi um compromisso que estava no Programa Eleitoral para resolver. Estamos a falar de uma resolução rápida, que não estamos a falar num custo exacerbado e estamos a falar numa questão de segurança pública. E, isso, brevemente, será resolvido num processo que não é oneroso e estamos ali a falar, não da resolução de um problema de uma Freguesia em específico, mas de um acesso a uma extremidade do Concelho e que é benéfico para toda a população.

Senhor Deputado João Paulo, sobre a questão do Reservatório da Água, suponho, Senhor Deputado, que terei aflorado. Não sei se há mais alguma coisa que gostasse de explorar. A expectativa que nós temos é que, brevemente, esteja a funcionar. Embora também lhe diga que, em abono da verdade, cada vez que há um teste, por vezes, há ali alguma coisa que depois tem que ser corrigida. E, portanto, como eu, generosamente, apontei um prazo com a bonomia de ser o primeiro quadrimestre e vi que havia outras soluções, na expetativa de não o induzir em erro, mas há expetativas de estar, a breve trecho, resolvido.

A desagregação da Freguesia de Aguieira em relação a Carvalhal Redondo e, naturalmente e, eventualmente, embora não haja, para já, nenhuma informação nesse sentido em termos de Santar, poderia ser, não estou a dizer que seja, ou que seja essa a intenção, e Moreira também. Há aqui a questão das desagregações, mas isso são questões que agora vão seguir os seus

processos normais do que está no enquadramento da Lei. Haverá alturas onde seremos chamados a pronunciarmo-nos sobre essa matéria. E cá estaremos depois para discutir, embora acha que seja do conhecimento generalizado qual é a opinião de todos, julgo eu. Mas, quando surgir o seu tempo, naturalmente, falaremos sobre isso.

No que concerne à intervenção do Senhor Deputado António Borges, da Informação do Presidente, sim, chegou tarde. Não havia nada de confidencial. Gostaríamos de, eventualmente, dizer que na Informação, como falou e bem, pudesse lá estar consignada uma obra, que era a inauguração do Reservatório. Não está. Pode ficar, eventualmente, Senhor Deputado António Borges, para uma próxima Informação. Mas houve, sim. O erro é nosso. Foi um erro de questões técnicas. Mas eu também, da mesma forma que já o assumi, não tenho problemas nenhuns em dizer que, de facto, devia ter ido no dia anterior, embora me pareça que o documento em si não é assim, por ter surgido nesse dia que seja um motivo de maior. Mas, mea culpa. Não tenho problemas nenhuns em dizer isto.

A Av.ª João XXIII vai arrancar. Há aqui um conjunto de questões que têm de ser feitas, que tem a ver com a CCDR. Nós já falámos nisso. Estou a tentar ser elíptico, Senhor Presidente, peço desculpa, eventualmente, se me alongar, mas tentar. A CCDR, já dissemos isto aqui na Assembleia e em reunião de Câmara, chamou-nos para nos dizer que há um conjunto de infraestruturas que estavam sobredimensionadas e umas que não tinham maturidade para avançar em relação a outros projetos de outros Municípios.

E, portanto, o que está a ser negociado e continua, é a questão da priorização de investimentos e da alocação de verbas de outros investimentos que não sejam, eventualmente, realizados possam ser alocados a outros equipamentos, ou a outros projetos. A Av.ª João XXIII é para fazer.

O que nós estamos a fazer é que nós temos um Projeto, à luz do que foi o custo do Projeto e agora com o aumento das matérias-primas, os custos aumentaram exponencialmente e o que nós estamos a tentar fazer é, de alguma forma, evitar que o erário público tenha uma sobrecarga excessiva.

A Requalificação da Av.ª João XXIII, se fosse só a Requalificação da Avenida João XXIII, se fosse este Executivo a ter que a decidir, provavelmente, não avançaria com ela, ou ponderaria. Sem problemas. Já falei nisso, sobre isso e não tenho. Há ali uma questão na Requalificação da Avenida João XXIII que é importante e o Senhor Deputado António Borges falou nisso, que tem a ver com o Saneamento Básico, com a parte da água e da conduta e de toda uma substituição que tem um financiamento que não deve ser desperdiçado para esse efeito também. Obviamente que há ali uma Requalificação Urbana importante. Mas, para nós, a parte do que tem a ver com o Ciclo da Água, com a parte do Saneamento, com a parte da água, com a parte da conduta, é ainda mais importante.

A Ciclovia, a Ciclovia é uma questão que neste momento, há um Projeto, como vocês abem. No âmbito da CIM, há um conjunto de candidaturas para Ciclovias. Havia a da ligação de Viseu a Tondela. Depois foi feita a de Lafões há pouco tempo que foi inaugurada também. E há agora e o Ciclo todo que está feito, está feito todo feito na parte de Lafões de Viseu e Tondela até Santa Comba Dão.

E houve, sob proposta do Município de Nelas, em reunião com os outros Municípios da CIM Viseu Dão Lafões que não estão contemplados com Ciclovias. E o Projeto foi nós fazermos, fecharmos o eixo de Ciclovias pelos 14 Municipios da CIM Viseu Dão Lafões. E, obviamente, contemplar os outros Municípios que não estão consignados nesta questão das Ciclovias. E nós

reunimos. Promovemos a reunião com os outros Municípios para fazer a ligação Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Castro Daire e Aguiar da Beira.

É um ponto que foi aceite em termos de CIM. Na próxima terça-feira há a reunião da CIM Viseu Dão Lafões e faz parte da Ordem de Trabalhos um Estudo Prévio para a Ciclovia para aproveitar o financiamento que existe de momento. É uma questão que vai promover, vai contribuir, enormemente, para a promoção territorial. Será uma das maiores Ciclovias do País se esse feito acontecer. E permitirá seguramente, a Nelas, também ao Concelho, ter esta componente importante que ligará ao Projeto já que está instituído com o Centro de BTT, com os trilhos já certificados e a ligação também a um Projeto da CIM a que o Concelho de Nelas aderiu prontamente e apoiou e também teve intervenção nisso, que é a Rota do Megalitismo, aproveitando também o que é a nossa História, o que é o nosso Património e fazendo ligação ao Património de Natureza e ao Turismo de Natureza com Ciclovias. Achamos que tem pernas para andar e que será extremamente, positivo para o Concelho se este Projeto avançar também independente, obviamente de tudo o que houver de financiamentos.

Do grande Reservatório já falámos na questão.

Na questão da Habitação Social, na questão da Habitação Social também já falámos nisso e vamos referir outra vez. Há, agora a questão também das candidaturas serem feitas sobre a égide do PRR e o financiamento ser muito maior. E, portanto, há a adaptação de estar a ser feita para sede de PRR porque a comparticipação é de 100%. Sendo que depois o Município terá outras responsabilidades. E, portanto, em termos de erário público terá uma sobrecarga muito menor. De qualquer maneira, também, independentemente disso tudo, também foi um compromisso nosso, de ouvirmos as Freguesias para, eventualmente, haver alguma atualização nessa matéria.

O que está salvaguardado e isso, o que nós fizemos com os Consultores é, o Projeto inicial não está perdido, está salvaguardado. O que nós estamos a tentar fazer é que o que está possa ser, eventualmente, aceite em sede de PRR porque o apoio e a comparticipação são maiores. E, portanto, é nesse sentido que nós estamos a fazer isso. Não só na Habitação Social, sim, não é a Habitação Social, pronto, porque foi da primeira Emenda. O PRR permite ao Projeto original, que era muito mais vocacionado para a primeira Emenda. O PRR tem uma abertura um pouco maior do que para além da primeira Emenda, que proporciona à Habitação Social em sentido lato para Famílias com rendimentos mais baixos, ou em situações de grandes problemáticas. E, inclusivé, uma abertura para Habitação Social para Jovens Casais, ou para Jovens Famílias, que também é um dos desideratos do Programa que nós apresentámos.

No Sistema de Informação que o Senhor Deputado falou, sim. O Sistema de Informação, nós priorizámos coisas. E, pronto, também estamos cá para, é como tudo, da mesma forma como nos candidatámos, há algumas coisas tomam-se resoluções e, naturalmente, não serão alvo de acordo de toda a gente. O Sistema de Informação foi feito num sentido. É verdade que há comparticipação. Mas a comparticipação é em todos os projetos. Mas há sempre uma componente do que é a comparticipação do Município. E, portanto, aqui, nós priorizámos. Nós estamos a falar aqui de cerca de 85.000,00 euros. E o Executivo achou que esta verba seria muito canalizada para outros projetos que são prioritários de outras infraestruturas, como por exemplo, um equipamento que eu acho que é consensual a toda a gente e foi, perfeitamente, apoiado por todos e ninguém pôs isso em causa, que é a questão da água, do próprio equipamento, que não está fácil, independentemente, de nós, nesta segunda candidatura, termos aumentado o valor da empreitada, não está fácil.

Mas a parte do Ciclo da Água terminar esse procedimento é para nós uma parte importante. E, portanto, julgamos, se calhar, que têm que ser feitas prioridades. E quando são

feitas prioridades nós admitimos. Há gente que concorda. Há gente que não concorda. E, isso, foi, claramente, assumido.

E também dizer outra coisa sobre o Sistema de Informação. É assim: O Sistema de Informação era só implementação. Ou seja, era a colocação, digamos assim, dos espaços. Depois há outra parte que não está contemplada no Projeto, que é o funcionamento, que é o software, que é o hardware, que é o funcionamento, que é a monitorização, que tem custos, de acordo até com a Consultadoria, muito superiores. E, esta, foi uma opção. Alocar para uma parte que nos pareceu de mais relevância. Sendo certo que, como é óbvio, nem toda a gente concordará.

Sobre a Linha da Beira Alta foi aquilo que nós dissemos. Muito do que estava contratualizado já vinha de antes. Não quero, à parte da desculpabilização, dizer: Isso vinha dantes e daí lavo as mãos. Não, o Executivo está aqui em portanto, segue com o caminho e tenta emendar. As partes piores foram corrigidas, depois por aqui. Não estava no Projeto original. Não vou criticar. Foi uma coisa que aconteceu e, eventualmente, não se viu. Foi vista, foi verificada e foi resolvida. Está resolvida.

A Estrada, já falámos sobre isso, da questão de não ser pública. Não sei se o Senhor Deputado tinha conhecimento disto. Em abono da verdade, eu acho que quase toda a gente pensava, a partir do momento em que toda a gente circula por lá, portanto, deve ser pública. Mas não é. Aquilo é de um loteamento, que é privado. E as diligências da Autarquia foram de haver alguma bonomia, por parte do proprietário, em fechar os olhos para a circulação porque, praticamente, permite circulação. Nós, inclusivé, a ideia que nós tínhamos era, nessa parte, circular o trânsito pesado para circular a Rua José Vilhena para o trânsito ligeiro. Mas, o ótimo é inimigo do bom. E, portanto, é privado. Mas, neste sentido, também se falou nisso. Houve abertura das Infraestruturas de Portugal para fazer o alcatroamento quando nós também falámos e vimos isso. Mas há ali a questão de ser privado e haver ali outras questões. A reposição do pavimento, sim. Mas estamos a falar da Rua José Vilhena que é nossa.

Então, sobre a questão da Moção que foi apresentada. Eu acho que é importante também falarmos nisto, o que fizemos e não há prurido, absolutamente, nenhum. Não deixa de ser para nós algo surpreendente com tudo o que aconteceu. Nós tivemos e já comunicámos isso aqui, uma reunião no início deste ano, promovida pelo Município de Nelas com o homologo de Carregal do Sal, com a Junta de Freguesia, para análise da situação e os procedimentos que a Autarquia de Nelas estava a desenvolver. Isto, no início do ano. Posteriormente, o que foi definido foi constituir uma Comissão de Acompanhamento, que era para informação generalizada para toda a gente.

E o que é que nós fizemos? Fizemos uma visita à ETAR de Nelas III com o Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, com Vereadores, com o Presidente da Junta e Elementos da Junta de Freguesia de Beijós e com Representantes, que estavam lá, do Movimento Cívico, que houve uma manifestação no dia em que nós lá fomos. E nós convidámos os Representantes do Movimento a visitar, a fazer a visita. Fizeram-na. E mais: Disponibilizámos até um dia do fim-de-semana, que foi isso que nos pediram, para todos os Populares que assim o entendessem, de Beijós, fizessem a visita às instalações. Nunca foi pedida essa visita. E foi disponibilizada pelos Serviços, pela Consultadoria e pelos Funcionários da Autarquia.

Nós, religiosamente, todos os meses, temos enviado informação à Câmara Municipal de Carregal do Sal. Que, por sua vez, depois a distribuiu pela Junta de Freguesia. E a Junta de Freguesia para o próprio Movimento. As análises laboratoriais que têm sido feitas, têm sido todas feitas em conformidade. Os Laboratórios são insuspeitos. Não são, propriamente, Laboratórios menos aconselháveis. Estamos a falar de Laboratórios Científicos de Universidades Portuguesas. Não são, propriamente, são insuspeitos. Mas, independentemente, disso, além dessas análises, há

as da APA E do SEPNA. E todas essas análises vão em consonância com aquilo que dizemos, que cumprem os requisitos.

Aliás, há bem pouco tempo estiveram cá os Fiscais da APA também e disseram, rigorosamente, o mesmo. Aliás, numa primeira instância, inclusivé, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Beijós disse que, de facto, havia, neste alvorar deste ressurgimento, disse o próprio que havia, de facto, quando foi confrontado isso, que havia análises laboratoriais da Câmara Municipal de Nelas a dizer que havia a conformidade e que, inclusivé, da APA, mas que, mesmo assim, punha em causa. Portanto, se pomos em causa as análises dos Laboratórios Universitários da APA e do SEPNA, não sei.

Esses requisitos, esse cumprimento tem sido desde fevereiro. E até agora continuam iguais. Mais: Além dos registos laboratoriais, quem faz o acompanhamento do nosso percurso hídrico e da instalação das ETAR,s, como o Senhor Deputado sabe e ainda continua, é um serviço que está contratualizado e ainda está em vigor, com a AGR, continuam a fazer Fiscalização e, regularmente, duas a três vezes por mês fazem fotografias de todo o percurso, desde a ETAR, desde a saída, até Beijós. E estas fotografias demonstram como está o curso hídrico. E também as encaminhamos para a Câmara Municipal de Carregal do Sal e para a Junta de Freguesia de Beijós.

E, portanto, foi com alguma estupefação que esta iniciativa, em 25 de Abril, digamos assim, depois das reuniões feitas, depois do acompanhamento todo feito, dos resultados laboratoriais, não faz sentido. Havia uma questão hipotética da espuma. O nosso Conselheiro diz que, eventualmente, também pode ter a ver com o produto decorrente dos reagentes, ou não e eu não quero imputar outro tipo de responsabilidades que possam existir. Sacudir a água do capote, não. O que é importante para nós é uma coisa: A água que sai no efluente da ETAR de Nelas III está comprovado que está e o Senhor Presidente também constatou isso, que está a cumprir.

Eu julgo que alimentar guerras destas não faz sentido, mas responderemos, obviamente, à Moção que está feita e que faremos comunicado disso à Assembleia Municipal, particularmente neste contexto e com as análises todas que enviámos, em anexo, que comprovam, que atestam que o que nós estamos a dizer não é da boca para fora, mas tem uma validade científica e há uma evidência nesse sentido. Aliás, há mesmo uma ata, que é pública, que podem consultar, da Câmara Municipal, onde é o próprio Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal que atesta que a qualidade da água melhorou significativamente. Não a vou reproduzir na íntegra. É pública. É do dia 12 de maio de 2022. Podem-na consultar. Não a vou ler na íntegra porque não quero enveredar pelo mesmo caminho. Mas, o que o Senhor Presidente da Câmara diz, diz estar a manter com o Presidente da Câmara Municipal de Nelas um diálogo permanente e dentro em breve irão reunir de novo, as tais reuniões que nós fazemos, apercebemos nisso uma grande sensibilidade para encontrar as melhores soluções. Disse estarem todos do mesmo lado, a Câmara Municipal de Carregal do Sal, a Câmara Municipal de Nelas e a Junta de Freguesia de Beijós, estando esperançados que possa vir a ser o problema, definitivamente, resolvido e que, de facto, que a situação está melhor do que estava no dia 25 de Abril.

Está aqui. Está sublinhado. Eu remeto também só para a ata do dia 12 de maio de 2022 que, obviamente, não vou repetir na íntegra porque acho que não faz sentido. Como eu disse, esta parte também é um bocadinho esclarecedora para também termos um acesso, uma visão bilateral das coisas. A ideia que eu tenho é não entrar em grandes, posso estra equivocado, em grandes questiúnculas com esta questão. Mas, naturalmente, que o Município de Nelas tomará uma posição e responderá perante o que foi dito.

Sobre o Senhor Deputado Rui Costa, sobre o Reservatório da Água, o Senhor Deputado também. Houve algumas coisas que aflorou no sentido do que eu disse. Julgo que já estará, eventualmente, dito sobre isso.

Sobre a ETAR de Nelas III, só duas, ou três pequenas pinceladas. Um: Foi pedido por mim, enquanto Vereador da Oposição, no anterior mandato, quando houve alguns problemas na ETAR de Nelas III, um Relatório do LNEC. E, em abono da verdade, essa ideia foi transversal a toda a gente. Ninguém pôs em causa. A ideia que havia era apurar responsabilidades porque nós estamos a falar ali de um erro que custou ao erário público cerca de 300.000,00 euros. E, portanto, a culpa não iria morrer solteira.

O Relatório do LNEC foi feito. Foi pedido, depois, pelo Executivo o Parecer das Entidades envolvidas, quer do Empreiteiro, quer da Fiscalização, quer do Projetista. Obviamente, que, nos Pareceres, nós já, ninguém tem culpa, como é óbvio. E, portanto, sermos consequentes com isto e ir para a parte do Contencioso, que é para onde o Executivo vai avançar. E ainda o disse na última reunião de Câmara, que foi o pensamento generalizado de toda a gente. E foi comungado por todos. E, portanto, o Executivo vai avançar com isto até às últimas consequências para se apurarem responsabilidades e quem tiver responsabilidades vai ter que ressaciar o erário público e o Município.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Pedro Morais, as Juntas de Freguesia, independentemente disso, não estão esquecidas. Podemos não fazer tudo. Nem nada que se pareça, com as expectativas dos Senhores Presidentes de Junta. Vai tentar para todos para não dizerem que eu olho para uns e não olho para os outros. Mas dizer que o primado deste Executivo é tentar ter um desenvolvimento equilibrado também com as Freguesias. Em abono da verdade, o Executivo também tem apoiado as Freguesias em muita coisa e também sabe isso. Não é, se calhar não é, tiro o se calhar, corrijo. Não é o que os Presidentes de Junta estão à espera, ou que esperariam. Não, não é. Já explicámos porquê.

Naturalmente, também compreendemos a vossa vontade férrea e a vossa ânsia em responder aos apelos da população e de resolver os problemas. De acordo. Mas foi aquilo que nós vos dissemos. Nós andamos a fazer alterações orçamentais por coisas prementes. E esperamos resolver a questão em 2022. E, depois em 2023, então, se nós, eventualmente, não estamos cá para dar anseio às populações e as Freguesias, estaremos a falar noutro sentido.

A questão financeira, acho que está retratada na Informação, até na própria Informação que vai ao encontro daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha, anteriormente, falado. E as obras paradas há 10 anos, esperemos que nestes 4 anos sejam reparadas. Três a quatro meses. Pode ser?

Só uma parte que tem a ver com os Contratos-Programa com as Freguesias, que era a parte que faltava. Os Contratos-Programa com as Freguesias têm a ver no seguimento do que nós falámos e que nós queremos institui-los, brevemente, como já também o aqui dissemos e reiteremo-lo.

Senhor Presidente, para já era tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. O Senhor Presidente da Câmara já manifestou a disponibilidade para prestar esclarecimentos complementares às vossas intervenções. Não sei se estão, devidamente, esclarecidos, ou não? Se podemos encerrar este Período de Antes da Ordem do Dia? Mais alguém quer algum esclarecimento complementar?

Querem um intervalo de dois minutos?. Dois minutos de intervalo. Está bem? Só mesmo dois minutos. Quem precisar de tomar um café, ou beber uma água, ou fumar um cigarro. Parece que isso é importante.

(Foi feito um intervalo de cerca de dois minutos)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pedia aos Senhores Deputados para ocuparem os seus lugares. Já passaram dois minutos. Então, iríamos continuar os Trabalhos. E, agora, passaríamos ao Período da Ordem do Dia.

O primeiro ponto é: Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de maio de 2022, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas;

Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim;

Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim;

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente;

Construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO); Construção da Área de Serviço de Autocaravanas;

Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar – CAVES;

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas;

Execução de Rotunda na EN 234 ao Km89+850 – protocolo estabelecido entre o Município de Nelas e as Infraestruturas de Portugal;

Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2;

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas;

Conclusão das obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução;

Conclusão da reabilitação de muro nas Caldas da Felgueira.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc;

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;

Atualização de software e firmware da storage;

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;

Resolução de 254 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Projeto "Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios";

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas realizou 4897 atendimentos, tendo-se verificado que os posto de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 41% do total destes seguidos do ISS e das Finanças com 31% e 28%, respetivamente.

SERVIÇO DE DESPORTO

Deu-se continuidade ao projeto "Crianças em Movimento…", direcionado aos Jardins de Infância do concelho e adaptado à realidade pandémica, em concordância com as regras impostas pela DGS para a prática desportiva.

Deu-se continuidade ao Projeto "Ténis de Mesa na Escolinha", direcionado aos alunos dos 3.º e 4.º anos dos Agrupamentos de Nelas e de Canas de Senhorim. As aulas são desenvolvidas semanalmente durante a hora de almoço, no Centro Escolar de Nelas e na EB do Fojo em Canas de Senhorim, com o apoio do Clube de Ténis de Mesa da Associação Desportiva e Cultural Lapense.

Participação no projeto "Andebol 4 Kids", inserido no plano de desenvolvimento regional da Federação de Andebol de Portugal e Associação de Andebol de Viseu realizadas durante o mês de abril e maio:

- Torneio Inter-turmas - realizado nos dias 20 e 21 de abril, no campo 1 do Estádio Municipal para os alunos do 3º e 4º anos de escolaridades dos dois Agrupamentos de Escolas do Concelho.

- Torneio Inter-concelhio – realizado a 14 de maio em Nelas onde participaram também os concelhos de Mortágua e Tondela e Carregal do Sal.

O concelho de Nelas fez-se representar por quatros equipas, duas masculinas e duas femininas, tendo saído apuradas para a fase final, o encontro Distrital, 1 equipa masculina e 1 equipa feminina.

- Festand – realizou-se nas instalações Desportivas do Centro Escolar na semana de 23 a 27 de maio para todos os alunos do 1º ciclo dos dois Agrupamentos de Escolas do Concelho.

- Encontro Distrital realizado no 28 de maio no estádio municipal em Castro Daire, participaram crianças dos 22 concelhos que aderiram ao projeto no ano letivo 2021/2022.

Realizou-se com os utentes do Lar Padre Domingos uma aula de Ginástica adaptada a esta faixa etária no âmbito da atividade do Dia Mundial da Atividade Física.

Assinalou-se o Dia Mundial da Atividade Física com o arranque do projeto "The DailyMile" promovido pelo município e desenvolvido pelos agrupamentos e respetivas escolas, e que contou com a presença de atletas medalhados da Casa do Povo de Mangualde – Atletismo.

A 29 de abril e a convite da Associação do Folhadal - Centro Social, Cultural e Recreativo, o Serviço de Desporto realizou com os utentes da Instituição uma aula de dança adaptada a esta faixa etária incluída na atividade do Dia Mundial da Dança.

A convite do Centro Paroquial de Vilar Seco, o Serviço de Desporto realizou com os utentes da Instituição uma aula de ginástica/ Dança adaptada a esta faixa etária incluída nas atividades do mês do Coração da Instituição.

Apoio à realização do Torneio Nelas Cup 2022 organizado pelo SL Nelas nos dias 15 e 16 de abril.

Continuação das aulas da Escola Municipal de Natação nas Piscinas Municipais Cobertas para a época 2021/2022 com a presença de 212 utentes nas aulas com orientação técnica.

A Escola Municipal de Natação participou em competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação onde participam 14 escolas do distrito e das zonas limítrofes.

Devido às regras impostas pela DGS, esta época, reabrimos com horário adaptado e número de alunos por grupo menor que o normal.

Deu-se continuidade ao projeto "Crianças em Movimento…", direcionado aos jardins-de-infância do concelho e adaptado à realidade pandémica, em concordância com as regras impostas pela DGS.

Cedência das instalações ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal.

Cedência das instalações para treinos de Futsal da Associação Social e Cultural dos trabalhadores da Câmara Municipal de Nelas.

Cedência das instalações para treinos nos escalões Sub11, sb17 e seniores e jogos oficiais do SL Nelas.

Cedência das instalações para treinos e jogos particulares do SCN e Veteranos.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Requereram o Apoio ao Incentivo à Natalidade 7 agregados familiares, tendo os processos, sido todos deferidos.

Continuação da elaboração da Carta Social Municipal.

A Equipa do Serviço Municipal de Apoio à Economia Social continua a desenvolver a elaboração da Carta Social Municipal e a respetiva atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, contando para o efeito com a colaboração das diferentes entidades locais e outras que desenvolvem um trabalho com impacto social e comunitário no nosso concelho.

Reunião de trabalho com a Equipa de Acompanhamento pela transferência de competências para as Autarquias do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu.

Foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

Continuação do desenvolvimento dos projetos World Café e Brainstorming (Tempestade de Ideias).

No eixo da Educação e Capacitação, foi discutido através de Brainstorming (Tempestade de Ideias), efetuado junto da comunidade escolar, mais concretamente no Agrupamento de Escolas de Nelas.

Nos eixos da Solidariedade Social, da Saúde, da Cultura, do Desporto e da Política, foram tratados através do World Café realizado em reunião de Conselho Local de Ação Social de Nelas (CLASN) com a presença dos respetivos membros.

No eixo do Emprego, foi analisado através de Brainstorming (Tempestade de Ideias), com a participação dos dirigentes/diretores de algumas empresas integrantes no tecido empresarial do concelho de Nelas.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais:

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (só para os vídeos) da Biblioteca com os seguintes conteúdos - "Oficina do Óscar: Este Sábado há contos" (atividades para famílias), "Sabias que….curiosidades", "O Sabichão" (conteúdos pedagógicos de apoio à aprendizagem), "Audiolivros", "Poesia e leituras", sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, "leituras com humor", "Frases ou pensamentos acompanhados de ilustração", "Desafios de Escrita", no total de 50 publicações, neste período.

Serviço de referência on-line:

Quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, os serviços realizam à pesquisa e envia por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações.

Biblioteca ao domicílio:

Requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

US fora de portas:

Empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS

Projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores mensalmente a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

Tema: A minha vida dava um filme: livros que deram origem a filmes;

04/04: US Pólo de Póvoa de St. António – 6 participantes;

05/04: US polo de Santar – 4 participantes;

06/04: US polo da Urgeiriça – 4 participantes;

07/04: US polo de Carvalhal – 3 participantes;

08/04: US polo de Vilar Seco – 13 participantes;

Tema: Conhecer Saramago;

25/05: US Nelas – 6 participantes;

30/05: US polo de Póvoa de St. António – 5 participantes;

31/05: US polo de Santar – 8 participantes;

13 empréstimos domiciliários em abril e maio.

BIBLIOTECA ITINERANTE

05/04: JI Senhorim + JI Centro Paroquial de Vilar Seco;

06/04: EB1 Canas de Senhorim (Fojo);

07/04: EB1 Canas de Senhorim (Feira);
10/05: JI Canas de Senhorim + EB1 + JI (Lapa do Lobo);
11/05: EB1+ JI Vilar Seco + EB1 Aguieira + JI Aguieira;
12/05: EB1 Santar + JI Santar;
17/05: J. I. Girassol (Canas de Senhorim) + João de Deus;
18/05: EB 1 Carvalhal Redondo+ JI Carvalhal Redondo;
19/05: JI Folhadal+ JI Malmequer (Nelas) + EB1 + JI Vale de Madeiros;
24/05: JI Senhorim + JI Centro Paroquial de Vilar Seco;
25/05: EB1 Canas de Senhorim (Fojo);
26/05: EB1 Canas de Senhorim (Feira);
Total de empréstimos abril e maio: 1402 empréstimos.

ELOS: FESTIVAL LITERÁRIO DA REDE DE BIBLIOTECAS DE NELAS

Público-alvo: comunidade escolar e comunidade em geral que teve a adesão de 1416 participantes.

Apoio por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS 508 ANOS DO FORAL MANUELINO DE SENHORIM, patente na Biblioteca Municipal nos meses de abril e maio.

A OFICINA DO ÓSCAR "AQUI VAMOS NÓS… À PROCURA DO VENDEDOR DE FELICIDADE!"

Convidámos as crianças dos Jardins de Infância a interagir e divertir-se nesta aventura do mundo imaginário, e a procurar um tal Sr. Pombo, vendedor de felicidade!

Total de participantes: 184 crianças e adultos.

REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA JOSÉ ADELINO, EM CANAS DE SENHORIM, em colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim, na mudança de instalações.

SERVIÇO DE PATRIMÓNIO CULTURAL

Colaboração técnica no projeto da ADD, Aldeias de Portugal para as Caldas da Felgueira
Acompanhamento Técnico ao Consórcio das Termas do Centro nomeadamente:
-Poesia com Melodia;
-Termas Centro Classic Cars;
Organização da Caminhada Literária Elos de Leitura – Caldas da Felgueira;
Acompanhamento ao projeto da "Um Dão 5 Sabores";
Apoio Técnico ao projeto "ADD_Craft_Oficinas Cocriação";
Colaboração na realização da Feira das Antiguidades em Nelas;
Gestão regular das Publicações do FB "Turismo in Nelas";
Acompanhamento Técnico ao Consórcio das Termas do Centro nomeadamente:
- Dia oficial das Termas e Banho Santo;
- Roteiro Regional com Miguel Gameiro;
Lançamento dos Concursos: "A minha Rua é mais bela que a tua" e "Fotografias da Aldeia";
Colaboração e envio de conteúdos para a guia Boa Cama Boa Mesa;
Atualizações das bases de dados dos agentes económicos do setor turístico;
Acompanhamento ao projeto da "Um Dão 5 Sabores";
Apoio Técnico ao projeto "ADD_Craft_Oficinas Cocriação";

Colaboração na realização da Feira das Antiguidades em Nelas e Mostra de Antiguidades das Caldas da Felgueira.

Gestão regular das Publicações do FB "Turismo in Nelas";

Reunião das Aldeias de Portugal com a ADD, Juntas de Freguesias de Nelas e Canas de Senhorim para dinamização da Aldeia das Caldas da Felgueira e preparação de atividades culturais, por exemplo o Banho Santo.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Encerramento do 2.º Período:

Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes) e levantamento do número de crianças a frequentar e almoçar nas Atividades de Animação e Apoio à Família – Interrupção Letiva da Páscoa;

Workshop de Teatro, da Alto Mondego' Rede Cultural;

Espetáculos AltaMente – Música - no âmbito da Alto Mondego' Rede Cultural – Fornos de Algodres, Mangualde, Gouveia e Nelas;

Projeto Até Já Escola! – Páscoa 2022 (Sessão de Robótica);

Projeto Férias em Ação – Páscoa 2022;

Parentalk 2.0 – Ciclo de Workshops Parentais, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo;

Sessão de Dança, da "Alto Mondego" Rede Cultural;

Concurso Municipal e Intermunicipal de Ideias de Negócio, no âmbito do Projeto Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões;

Organização e preparação do Dia Mundial da Criança;

Organização e preparação da Viagem de Finalistas.

ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA:

Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas nos Jardins de Infância – Projeto "Música Maestro!";

Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas das AEC;

Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas da EMMN, nas disciplinas de:

Música para Bebés;

Pré-Iniciação Musical;

Iniciação Musical;

Formação Musical;

Música para Adultos;

Coro;

Orquestra Orff;

Iniciação ao Instrumento;

Grupo de Cordas;

Grupo de Saxofones;

Orquestra Juvenil;

Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas do Projeto "Todos ao Palco":

Construção de marionetas;

Construção de textos e criação de personagens para o Espetáculo de Marionetas, a apresentar no decorrer do 3.º Período;

Construção de obras transdisciplinares e ensaios gerais para a Audição Final da EMMN [2.º Período].

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de maio de 2022:

a) Dívida de médio e longo prazo: 9.880.447,73 €;
b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 2.476.053,44 €.
c) Financiamentos Contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
d) Financiamentos contratualizados por utilizar: 1.600.000,00 €
e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 2.333.642,99 €

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra. Pode falar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- No que a este ponto da Informação, o documento foi distribuído. E, portanto, tem a ver com a atividade desde a última Assembleia até esta. E depois com a componente toda que está e também foi pedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, se houver algum esclarecimento que acharem que seja necessário ser prestado. Se não, Senhor Presidente, considero a Informação prestada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu não sei se os Senhores Deputados pretendem algum esclarecimento sobre este documento, sobre esta Informação? A mim, apraz-me registar duas coisas deste documento, na parte final. Verifico aqui que, desta vez, faz alusão às Responsabilidades Contingentes, no seu valor global.

E a dívida de médio e longo prazo, apesar de ter mais 200.000,00 euros, a dívida orçamental de curto prazo baixou meio milhão de euros. O que é, de facto, significativo. Nem sei porquê. Talvez o Senhor Presidente da Câmara queira prestar algum esclarecimento porque me agrada imenso.

O Senhor Presidente da Câmara:

- A resposta está dada, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está dada? Sim, Senhor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Porque nós tínhamos falado há uns tempos nos pagamentos. A faturação tem entrado com alguma regularidade, diria, muita regularidade. E, para não entrarmos em incumprimento, os pagamentos têm sido feitos. E, depois, também as Responsabilidades Contingentes. Mas, obrigado pela atenção, Senhor Presidente e vai ao encontro, julgo eu, do que não era habitual em termos de Informações do Presidente, que eu me lembre, em termos de Assembleia Municipal. Mas, está consignado aí, no seu todo, até no seguimento daquilo que nós falámos em termos dos Relatórios, quer dos ROC,s, quer da Prestação de Contas. Portanto, está aí espelhado tudo. E, portanto, é isso que me apraz dizer.

Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, se nenhum dos Senhores Deputados pretende mais nenhum esclarecimento sobre este documento sobre a atividade municipal, passaremos ao ponto n.º 2 - Aprovar o Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos em Áreas Edificadas.

Ora, penso que os Senhores Deputados receberam o documento. É um Projeto de Regulamento com 20 artigos, em que se equaciona e explica tudo o que é relacionado com queimas, queimadas, fogos-de-artifício, onde é que as pessoas se devem dirigir para obterem a respetiva licença para poderem fazer estas queimas, estas queimadas e lançar o fogo-de-artifício. E

onde estão também, devidamente, regulamentados os prazos que devem cumprir para praticar estes atos. Onde vêm as contraordenações. E, naturalmente, as coimas. As coimas vão de 150.00 euros a 150.000,00 euros. E, portanto, teremos que ter algum cuidado, sobretudo nesta época de verão. Depois de aprovado, como espero, será enviado para publicação no Diário da República. E, portanto, entra em vigor.

Então faz favor. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer prestar esclarecimentos mais detalhados sobre este assunto. Tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Pronto, o documento, obviamente, foi todo analisado pelos Senhores Deputados da Assembleia, as Senhoras e os Senhores Deputados. Este Projeto de Regulamento não deixa de ser um Projeto de Regulamento que ainda não é muito habitual a nível nacional. Não há muitos Concelhos que tenham este Projeto de Regulamento. Não é, propriamente, uma inovação porque há outros Concelhos também. Mas, achámos que fazia sentido.

Aliás, nós, interpelados sobre algumas questões que estão aqui em outras Assembleias Municipais, remetemos para o documento que estava a ser preparado nesse sentido, que é este, que regulamenta o uso do fogo nas suas diversificadas variantes e da parte pirotécnica. Mas também é, essa parte é que era importante, tem a ver com os artigos urbanos, com os terrenos em áreas edificadas. E, desta forma, legitima, digamos assim, a própria ação do Executivo.

No âmbito da CIM Viseu Dão Lafões só há outro Município que tem um Regulamento semelhante ao nosso, que é o Sátão. E nós julgamos e propomos este Projeto de Regulamento porque, de alguma forma, vai também ajudar a intervenção na prevenção do que será a própria Proteção Civil do Município, das pessoas e dos bens.

Dizer-vos, ainda, sobre esta questão, dois pequenos apontamentos finais: O Regulamento remete, em muita coisa, também para decisões que haja, quer a nível do Governo, que não estejam contempladas e que se sobrepõem, naturalmente, a isto, quer no âmbito da CIM. No âmbito da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões há e deixa-se essa salvaguarda no documento. A CIM Viseu Dão Lafões proibiu um conjunto de atividades feitas de queimadas e queimas no período dos fogos e é transversal aos 14 Municípios da CIM. E não, necessariamente, só ao Concelho de Nelas. Portanto, acho que essa parte é importantíssima dizer.

Dizer também que o Projeto que está em execução no Concelho, que é um Projeto que nos parece que tem pernas para andar, que é o Aldeia Segura – Pessoas Seguras, já foi feita a sessão com o CODIS, com as Corporações de Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas e com os Senhores Presidentes de Junta. E, portanto, é um Projeto que nós julgamos que tem pernas para andar e que será benéfico para as populações, para as nossas Freguesias e para os nossos territórios e para as nossas populações.

Um segundo ponto para dizer que o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios também estava desatualizado desde 2020 e esperamos que, muito brevemente, seja certificado. Já foi submetido. E estamos à espera de certificação. É um tempo que ainda demora um bocadinho. Mas, muito em breve, será ele também, ele próprio também, devidamente, reconhecido.

Sobre este Projeto em si parece-nos que é um Projeto que acolherá o apoio generalizado dos Senhores Deputados e dos Senhores Presidentes de Junta. E é essa a nossa expectativa, estando, obviamente, dispostos a ouvir contributos, ou alguma sugestão que nós possamos, eventualmente, incluir.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Perguntava aos Senhores Deputados se querem pôr alguma questão relativamente a este Regulamento Municipal. Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado André Borges:

- Boa noite Senhor Presidente.

Mais uma vez, boa noite a todos.

O Capítulo IV limita a limpeza de terrenos inseridos apenas em solo urbano, reforçando essa exclusividade no ponto 2 do artigo 12.º.

Pergunto: Um terreno que esteja inserido em solo rural, que se encontre abandonado todo o ano, sem qualquer tipo de atividade agrícola, que faça extrema com solo urbano e nesse solo urbano existe uma habitação, ou outra edificação qualquer a menos da faixa de 50 metros da propriedade de limpeza, há obrigatoriedade de limpeza por parte do proprietário, ou não?

Sendo uma questão que não está defendida no Plano e que poderá afetar alguns Municipes, sugiro que se altere essa exclusividade de limpeza de apenas não só os solos urbanos, mas para uma faixa de 50 metros das edificações inseridas em solo urbano, caso os terrenos, em solo rural, não sejam utilizados para qualquer tipo de cultivo.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Se ninguém pretender mais nenhum esclarecimento dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado André Borges, isto já está tipificado no próprio Plano de Defesa da Floresta, que se cinge mais, ou incide mais sobre a questão dos edifícios rurais. E, portanto e está tipificado e também diz aí, até pelo próprio ICNF. E, isto, já está, devidamente, regulamentado.

O que nós aqui falamos mais em si, falamos aqui no período de incêndio rural que contemplamos tudo. Mas isso já está, devidamente, regulamentado no outro Plano nas questões que falou. Portanto, aqui, o que nós estamos a falar é mais mesmo da questão do edificado urbano. Portanto, isso está já, devidamente, salvaguardado na Lei geral, por um lado e no Plano Municipal da Defesa da Floresta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, íamos proceder à votação do Regulamento.

Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado por unanimidade.

Então, vamos proceder à leitura da minuta.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovar o Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos em Áreas Edificadas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, procedíamos, agora, à votação da minuta.

Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto n.º 3 - Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – Criação de 20 postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional para constituição de reservas de recrutamento para os Agrupamentos de Escolas do Concelho e respetiva abertura de procedimentos concursais.

Um esclarecimento muito breve. No fundo, isto é apenas criar uma Bolsa para dar resposta à falta de Assistentes Operacionais nas Escolas, no Setor da Educação. Portanto, não trás

qualquer encargo para o Município uma vez que à medida que eles forem admitidos, quem suporta, naturalmente, os custos será o Ministério da Educação. De qualquer forma, o Senhor Presidente de Câmara tem a palavra para melhor esclarecimento.

O Senhor Presidente de Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Acabou também por fazer um bom enquadramento do ponto. Sintetizando, não alongando muito, no âmbito da Delegação de Transferência de Competências, os Funcionários do Ministério da Educação passaarm para os Quadros da Autarquia e o pagamento, digamos assim, do que está suportado com os Funcionários é pelo Ministério da Educação que fará a transferência para o Município e o Município procede ao pagamento.

Nós tivemos, por três meses consecutivos, as transferências deficitárias, uma, particularmente, mais complicada que foi esta de junho, que é a dobrar por causa do subsídio de férias. E o Executivo teve que fazer um esforço suplementar para que os Funcionários não fossem prejudicados.

Falámos com o Ministério, comunicámos, não falámos, comunicámos, obviamente, ao Ministério para a regularização de uma prática que está regular. Desde que começou, as transferências têm sido deficitárias. Em qualquer circunstância, não seria bom. No contexto atual, muito menos. E esperemos que o assunto seja resolvido a breve trecho.

Independentemente disso, é ponto de honra também para o Executivo tentar honrar os Funcionários, independentemente de serem pagos, digamos assim, pelo Ministério da Educação, não deixam de ser Funcionários adstritos à Autarquia e serem da Autarquia. E, portanto, nós tentamos não criar aqui um segundo tipo de Funcionários. São todos Funcionários da Autarquia, independentemente da forma como são pagos.

Há aqui uma intenção também clara que tem a ver com a altura do pagamento, que não é, propriamente, ainda a mesma, mas não há capacidade financeira para fazer isso. O que interessa é que os Funcionários recebam na mesma altura que recebiam antes. E, portanto, isso está a ser, devidamente, salvaguardado.

Para concluir, de uma forma elíptica, sobre estes postos de trabalho. O que há aqui também, nós estamos a fazer um processo de ajustamento. E um processo de ajustamento tem falhas. E nós também as temos. Mas tentamos corrigi-las. Há aqui uma questão que é importante que é: Porquê estes 10 + 10, 20 e não 40, ou 60, ou 80, ou 100?

Primeiro, é uma questão de bom senso também. Nós estamos a falar de uma altura em que assimilámos Funcionários. E há aqui uma questão também de haver algum bom senso e algum equilíbrio. E o equilíbrio é constituir Bolsas de 10 + 10. Mas, naturalmente, como haverá mais Concorrentes, haverá Suplentes que se for necessário também se poderá recorrer a eles que, legalmente, é possível.

É, também aqui, não criar expectativa. Então, mas estamos a criar 40, ou 60 novos postos de trabalho? Não. Não é verdade. O que estamos a criar aqui são Bolsas. São Bolsas de casos onde, por exemplo, por doença, por atestado, por alguma questão momentânea, ou de curto prazo, que seja necessária a substituição e os Agrupamentos precisem, obviamente, desses Operacionais e permita-se dar uma resposta célere a isso.

E, portanto, vai ser criado um concurso com uma Bolsa transparente onde as pessoas serão colocadas consoante a colocação que tiverem. Desta forma, o que conseguimos assegurar é um mecanismo que nós, atualmente, não temos, a contratação, o Professor Borges sabe isso e gente que está aqui, era fácil porque as Escolas faziam-no diretamente. As Autarquias não o podem fazer. Criando este mecanismo, legalmente, podemos fazê-lo. É criado um concurso. É

uma forma legal de ser feito isso. E, portanto, criamos isto e damos resposta aos anseios dos Agrupamentos.

Por outro lado, também criamos uma outra Bolsa que tem a ver com os Contratos a Termo Incerto. O que permite que, com Aposentações, com Rescisões para outros postos de trabalho, ou Mobilidade de Funcionários que existam do Quadro, possam também ser substituídos por uma Bolsa que exista e não estarmos a perder tempo e fazer concursos pontuais. E, portanto, isto fica feito. É uma Bolsa de Funcionários que fica feita, que permita que um constrangimento que, atualmente, temos de dar resposta ao que os Agrupamentos também nos vêm pedindo e nós não temos ainda algum mecanismo legal neste procedimento.

Há aqui algumas questões que têm acontecido com algumas Aposentações e com algumas questões de pessoas que têm saído e não tem sido fácil substituição e temos recorrido a situações mais efémeras, como CEI,s, ou isso, ou prolongamentos para evitar isso. Portanto, com isto, o que se propõe é arranjar uma solução definitiva e transparente e clara.

E, parece-nos, manifestamente, que este é o caminho, não invalidando que, eventualmente, se for necessário corrigi-lo, trazermo-lo à Assembleia e ajustarmos os números. Este é um número, meramente, indicativo com a salvaguarda, se, eventualmente, o número for maior, nomeadamente, nas substituições ocasionais, ou temporárias, sê-lo recorrido porque a expetativa é haver uma quantidade generalizada, porque nós temos muita contratação e também regularmos, um bocadinho, o que são os rácios do que é com os Agrupamentos.

Há rácios a nível do Ensino do 2.º, 3.º Ciclos e Secundário. E, depois, tem havido uma questão que tem que ser com os Municípios, que é com o Pré-Escolar e com o 1.º Ciclo e nós estamos aqui a fazer uma adequação que também é feita a nível de funcionamento escolar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Perguntava aos Senhores Deputados se pretendem mais algum esclarecimento sobre este ponto. Parece que não.

Então, vamos proceder à sua votação. Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – Criação de 20 postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional para constituição de reservas de recrutamento para os Agrupamentos de Escolas do Concelho e respetiva abertura de procedimentos concursais, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhores Deputados, então vamos pôr à votação a minuta da ata.

- Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada a minuta por unanimidade.

Passaremos ao ponto n.º 4 - Aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – Correção da designação de habilitação literária de um Técnico Superior dos Serviços de Ambiente, Águas e Saneamento.

Um esclarecimento muito breve também para explicar que este Funcionário, quando foi da mobilidade, recordam-se, naturalmente, que em 27 de dezembro, alargámos o Quadro para 50 novos postos de trabalho, que era para prever, de facto, a mobilidade e um dos Funcionários desses 50, que tem uma Licenciatura em Geografia, foi mal classificado. E, portanto, classificaram-no, puseram as suas habilitações literárias como sendo Licenciado em Engenharia do Ambiente.

Portanto, é a correção que agora temos que fazer, pura e simples. De qualquer maneira, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para melhores esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia, neste ponto, resumiu, perfeitamente, o que está aqui em causa. Nós não estamos a falar aqui num concurso e numa correção de um concurso, mas numa correção numa mobilidade que estava assumida já, anteriormente.

Por lapso de Serviços, a Licenciatura está referenciada ao Funcionário que já está em mobilidade intercarreiras. E, portanto, aqui foi só fazer o reajustamento, ou correção, o reajustamento não, a correção mesmo sobre a parte da Licenciatura.

Dizer o quê, sobre esta questão que é importante? Nós estamos a falar em mobilidade intercarreiras no que foi a passagem da esmagadora maioria de Assistentes Técnicos e três Assistentes Operacionais licenciados para o Quadro de Técnico Superior. Nós fizemos depois também aqui uma parte que é importante, que é o impacto que isto também tem.

Obviamente que há aqui várias questões: Uma tem a ver, eventualmente, com a expetativa criada. Eventualmente, a adequação com o investimento que é feito a nível de formação. Mas, depois, também a justiça, ou não, da promoção, que há objectividade e algumas vezes, nem por isso. Mas, depois, também estamos aqui a falar numa questão que tem a ver com o impacto que tem no erário público.

Antes mesmo da tomada de posse deste Executivo, estamos a falar de 50 mobilidades intercarreiras. Foram consolidadas 22. E estão para consolidar outras 28 mobilidades. Essas 28 mobilidades são para consolidar no próximo mês de julho já, ou não. Mas são mobilidades para consolidar. Há aqui questões que a parte financeira pode não ser muito importante, mas no contexto que é, que nós temos falado também.

Nós estamos a falar no impacto destas 28 consolidações, eventualmente, num impacto de 10.000,00 euros/mês. Facilmente, fazia 140.000,00 euros ao fim de um ano. Tem algum impacto. A remuneração de origem são 22.129,26 euros. E o valor, após consolidação, se fossem feitas as consolidações destes 28 Técnicos Superiores na mobilidade intercarreiras, seria 32.980,99 euros. Portanto, grosso modo, nós estamos aqui a falar em 10.800,00 euros. E estamos a falar nesses valores dos cento e quarenta e muitos mil euros. Com as consolidações que foram feitas no ano anterior, estamos a falar à volta de 250.000,00 euros.

Obviamente que a vida não se resume a números, nem à parte financeira também. Também não é esse prisma. Mas também temos que ter noção do impacto que isto também tem em termos de erário público, em termos de Orçamento e em termos de Disponibilidades. Sendo certo que, além das carreiras de Técnicos Superiores, há outras carreiras também nos Funcionários, de antiguidade, de produtividade, que também têm outras expectativas.

Gerar o que é expetativas, o que é justo e o que é o erário público, não é, propriamente, uma solução fácil. Mas achámos que fazia sentido dar este apontamento e ficar a Assembleia Municipal com a ideia concreta do que é o levantamento todo que foi feito e o impacto que isto tem feito em termos de Serviços. Sendo que, obviamente, partindo também do pressuposto que há um conjunto de Técnicos que têm feito, exemplarmente, também o desempenho das suas funções, mas que este aumento todo, nós não estamos a falar de, pontualmente, fazermos atualizações. Nós estamos a falar de 50 atualizações e estamos a falar de 250.000,00 euros.

Pronto, acho que fazia sentido também haver este conhecimento dos Senhores Deputados e dos Senhores Presidentes de Junta. E era esta informação adicional, Senhor Presidente, que achei pertinente dar.

Obrigado pela sua compreensão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Não sei se os Senhores Deputados pretendem mais algum esclarecimento sobre este ponto? Parece que não.

Então, vamos proceder à sua votação. Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Aprovar a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 - Correção da designação de habilitação literária de um Técnico Superior dos Serviços de Ambiente, Águas e Saneamento, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, vamos agora proceder à votação da minuta.

Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada a minuta por unanimidade.

E passamos ao último ponto da Ordem de Trabalhos da Ordem do Dia - Designação de 3 Cidadãos efetivos e 3 Cidadãos suplentes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

Isto é, de facto, uma competência exclusiva da Assembleia Municipal. Muito obrigado. Como dizia, é da competência da Assembleia Municipal esta eleição de três Membros efetivos e três Suplentes para a CPCJ. Recebemos um ofício da CPCJ a informar que, dos três Elementos Efetivos, apenas dois estariam na disposição de continuar: a Senhora Sara Batista e o Senhor João Rijo. E que a Senhora Catarina Fonseca não quer continuar na Comissão.

Existe apenas um Membro Suplente. E, pelo menos, hoje, temos que indicar aqui um novo Membro para a CPCJ. Eu sei que já foi contactada uma Cidadã por uma Funcionária da Autarquia. Mostrou-se disponível para ocupar este lugar. Ela está presente aqui no Auditório, a Dr.ª Rosa Maria Pereira. E, se não houver objeção de ninguém, podemos indicá-la a ela, ou para a Efetiva que falta, ou para Suplente. Isto é, passando a Suplente para a Efetiva que não quer continuar.

Portanto, os Senhores Deputados, faz favor de se pronunciarem sobre este assunto porque é da vossa exclusiva responsabilidade. Quem se quer pronunciar? Ninguém tem ninguém mais para indicar? Então podemos indicar a Dr.ª Rosa Maria Pereira, que já manifestou vontade de vir a desempenhar estas funções? Não há objeção de ninguém? Muito bem.

Temos minuta? Então, Senhores Deputados, vamos aceitar o nome que foi indicado. Ninguém se opôs. Isto é uma designação. Não tem votação.

Então, mas podemos dizer que foi designado por unanimidade. Muito bem. Designada por unanimidade. Está certo. Então, dava por encerrado o Período da Ordem do Dia.

E, agora, passávamos ao terceiro Período – Intervenção do Público. Há uma intervenção do Senhor João Rego, de Santar. Qual é o assunto? Tem que ser. Tem que me indicar o assunto. É Regimental. Não, diga-me só um. Tem que trazer aqui assuntos de interesse municipal. Tem algum? Senhor João Rego, faz favor, nós temos meia hora para vos ouvir, faz favor, diga-nos qual é o assunto. É um problema de Ambiente? É um esclarecimento? Primeira inscrição: Faz favor.

Segunda inscrição: O seu nome? Milton quê? Milton Duarte. Reside onde? Canas de Senhorim. Qual é o assunto? Águas? Muito bem.

Terceira inscrição: Senhor Arlindo. Isso é muito vago. Tem que me dizer qual é o assunto. Olhe que eu tento cumprir o Regimento. Quer dizer. Eu sei que há pessoas que não

gostam da forma como isto é conduzido. Mas, vamos lá ver, ó Senhor Arlindo, diga-me só um. Depois passa para os outros todos. As Assembleias decorrem, de acordo com a Lei n.º 75, de acordo com o Regimento e no interesse municipal. É, por isso que lhe pergunto qual é o assunto. Está certo.

Quarta intervenção: Não há mais? Senhor João Rego, faz favor de vir à Tribuna. São só três intervenções.

O Senhor João Rego:

- Ora, muito boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Membros da Mesa da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,

Estimados Deputados,

Público.

Eu venho aqui fazer algumas observações. E vou começar ali pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Canas de Senhorim que ontem teve muitos Fregueses a perguntarem-lhe o que é que iria acontecer ali em frente à Borgstena. Isso é um tema já recorrente.

Eu vou ser o primeiro empresário, tenho quase a certeza do que vou dizer. Eu vou ser o primeiro empresário a, eventualmente, pagar uma coima, ou a recorrer a Tribunal para não o ter que fazer, por ter movimentado terras numa Zona Industrial. Portanto, aquilo está dentro do perímetro industrial. Infelizmente, fui alertado por um Senhor que teve funções na Câmara Municipal onde deixou fazer obras completas sem qualquer licenciamento. Eu, ali, limitei-me a desmatar e a movimentar terras.

Em relação àquilo que perguntava, do balastro, coisa que o balastro nunca preocupou ninguém enquanto esteve na Linha. Agora, preocupa toda a gente. É uma coisa que me mete alguma impressão. Preocupa toda a gente. Não sei muito bem porquê.

Mas vou-lhe dizer: Aquele aterro está, inteiramente, licenciado. Portanto, quem fez o licenciamento do aterro foi a SACYR, interessada no próprio aterro. Obviamente que eu fiquei felicíssimo por a SACYR precisar do local para colocar o balastro e as terras que agora aí advêm. Podem já ficar a saber que aquilo vai ficar à cota da Estrada. Fantástico. E vou-lhe dar aqui uma novidade em última mão para os seus Fregueses. Vai ser feito naquele local algo que em Portugal não existe. É uma fábrica de preservativos. Mas são preservativos para a língua. Portanto, é lançamento mundial.

Portanto, pode dizer a esses Senhores que vai ser, realmente, algo de fantástico que em Nelas vai acontecer. Pronto, em relação a isso tenho dito e eu sei que não é consigo. Eu sei que há algumas pessoas de Canas de Senhorim que passaram a gostar menos de mim por eu ter demonstrado alguma simpatia à sua candidatura. Isso, a mim, para mim, vale o que vale. E passamos à frente. Continue o trabalho que está a fazer porque eu acho que está a fazer um bom trabalho, daquilo que tenho visto.

Em relação a outros temas que gostava de falar, relativos à atividade camarária e volto a algo que tenho falado. Esta semana já estive na reunião de Câmara, com muito gosto, a tirar algumas dúvidas. E gostava de dizer ao Senhor Presidente que ficaria muito mais feliz se tem focado aqui o tema da prevenção aos incêndios. Falou em relação à intervenção do Pedro e falou nas Equipas de Intervenção. Utilizou o acrónico, mas eu, francamente. EP,s? EIP,s? Eu até pensei que era uma EPE, quando estavam a falar em EIP,s. É que as pessoas do Público não sabem o que

são EIP,s. Desdobrou, depois de não sei quantas vezes o Senhor ter dito, é verdade. Mas é só para dizer às pessoas que estão a ouvir o que é. E é, realmente, isso, uma mais-valia.

Mas nós devíamos era estar preocupados com a prevenção porque pode haver 100 EP,s EIP,s, EIP,s, pode haver 100 EIP,s que não vamos conseguir resolver o problema dos incêndios no Concelho se eles deflagrarem em determinadas zonas que temos muito preocupantes, nomeadamente, caminhos florestais que estão, neste momento, intransitáveis. Portanto, era para mim muito mais importante que se regozijasse com o que fez para a prevenção e não para o possível ataque que, obviamente que é importantíssimo. Se há Entidade que merece o meu reconhecimento e o meu louvor são os Bombeiros. E acho que essa iniciativa de ter a Força é fantástica.

Outra coisa que queria dizer aqui: Fiquei um pouco espantado aqui com esta parte da Câmara, da Assembleia Municipal, porque vi mais daquela parte alguma intervenção no sentido de o questionar e de fazer perguntas e alguma contestação do que daqui. Realmente, eu achava que vocês aqui estariam mais interventivos e mais disponíveis para esclarecer. Portanto, acho que deviam ter batido mais na Câmara Municipal porque acho que há os motivos.

Agora, há aqui outra questão, nomeadamente, o Rui Costa veio aqui fazer e falar sobre o depósito da água. E eu acho que o depósito da água pode ter defeitos. Tem, na minha opinião, tem. Primeiro, a localização. Jamais faria o depósito da água na localização que tem. Mas, isso, passamos à frente porque isso já está resolvido. E penso eu que vocês votaram a favor da construção do depósito da água. Eu vou clarificar, mas quase que juro. Agora, eu acho que devia haver algum respeito por quem fez a obra porque a obra pode ter um defeito, defeito que eu, aliás, não sei de que movimentação de terras é que estamos a falar. Mas demoraram 9 meses para resolver a questão da movimentação de terras?

Resolvia-se isso mais facilmente, penso eu. Agora eu acho que é preciso, terras elétricas? Pois, tem que explicar porque eu, isso, para mim é zero. Um problema de terras, para mim é um problema de terras. Eu não sou Engenheiro, nem coisa parecida. Não, nada, absolutamente. Eu, é só de aterros.

Agora, acho que devia haver algum respeito por quem fez a obra e não é vir aqui falar numa segunda inauguração porque acho isso ridículo. Parece-me ridículo. É pá, podem não concordar com a obra, com o sítio. Mas a obra está lá e ninguém a vai de lá tirar. E, isso, há que respeitar isso. Portanto, temos que respeitar a obra feita. É pá, defeitos, muitos. Agora, temos que respeitar quem fez a obra. Não é vir aqui gozar com a obra. Não me parece correto. Na minha opinião, não me parece correto. Ainda mais uma obra que foi aprovada por vocês, eu, quase que juro. Foi aprovada por vocês. Desculpa, abstiveste-te. Mas houve muita gente, de certeza, do lado da Oposição que votou.

Portanto, parece-me importante, é verdade, o passado, o passado, o passado. Eu oiço falar de passado todos os dias. É pá, se calhar, o passado podia ter corrido melhor e não correu. Mas há coisas muito boas que é preciso respeitar. E uma delas são as obras. Andei a ouvir falar da ETAR III, dos defeitos da ETAR III, dos problemas da ETAR III. É verdade que a obra pode ter tido problemas. Mas é uma obra virtuosa. E que ainda hoje ouvi dizer que funciona lindamente, ao contrário do que se apregoa, com as correções feitas.

Eu já fiz muitas obras que tiveram de ser corrigidas a seguir. Só quem não fez obras é que não sabe que isto acontece. Portanto, há que respeitar quem fez as obras e não é vir gozar com quem fez as obras.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor João Rego, esgotou o seu tempo, mas dou-lhe mais cinco minutos se pretender.
O Senhor João Rego:
- Não. Muito obrigado. Muito obrigado.
O Senhor Presidente da Assembleia:
- Então, segunda intervenção do Público. Faz favor de vir à Tribuna.
O Senhor Milton Duarte:
- Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Ex.m.ªs Senhoras Secretárias da Mesa,
Ex.m.ªs Senhoras e Senhores Vereadores,
Ex.m.ºs Membros da Assembleia Municipal,
Estimado Público.

A minha vinda aqui hoje deve-se a um tema, embora já abordado hoje aqui, mas tenho que o fazer, tem vindo a ser o Prato do Dia na Região, que é as Águas de Viseu. Não obstante à necessidade que é a criação da nova Barragem de Fagilde, esta com responsabilidades do Estado Central e que todos esperamos e desejamos que seja criada, embora a sua construção seja a médio e a longo prazo, este processo de candidatura do Município de Viseu às Águas Douro e Paiva, como tem vindo a ser falado nos últimos tempos e confirmado na passada segunda-feira em Assembleia Municipal de Viseu, deve-nos deixar bastante de pé atrás relativamente àquilo que pode, ou mesmo até àquilo que poderá vir a ser o mais certo, que é a não criação das Águas de Viseu.

Por coincidência até, ainda ontem, ao final do dia, através de um telefonema, entre outros assuntos, tive a oportunidade de falar sobre este mesmo tema, com alguém que todos, ou pelo menos alguns dos Senhores Vereadores conhece, João Azevedo, atualmente Deputado da Nação e Vereador da Oposição em Viseu. Mas que, sobretudo, também ele, enquanto Presidente da Câmara de Mangualde, à época, já teve oportunidade lidar com este tema.

Bom, a verdade é que esta decisão, diga-se irreversível, pelo Dr. Fernando Ruas e da Câmara Municipal de Viseu, de adesão às Águas Douro e Paiva, pelo que tenho conhecimento, praticamente, certo vem ser um enorme problema para o futuro que pode vir, sequer, a não existir das Águas de Viseu, embora haja vontade por parte dos restantes Municípios em que esta empresa seja uma realidade.

Sobre esta empresa intermunicipal, ouvimos na última segunda-feira, em reunião de Câmara, que até tem sido a Câmara de Nelas a chegar-se à frente com este processo e que há negociações em curso com os restantes Municípios. Mas, qual o meu espanto quando leio, igualmente, na segunda-feira, algumas declarações do Presidente da Câmara de Viseu ao Jornal do Centro onde este afirma que ninguém está a demorar tanto tempo para constituir uma empresa. A empresa manteve-se num impasse.

Assente num novelo, assim que o novelo foi formalizado. Por isso é que eu digo: Se por acaso não queriam que este Presidente, ou outro qualquer, tivesse outra posição, que agora contesta, tivessem-lha dado. Afinal, Senhor Presidente da Câmara, em que ficamos? Haverá aqui alguém que está a omitir a verdade? Se sim, as pessoas necessitam de saber.

Nelas diz que se tem chegado à frente. Viseu vem dizer que a Empresa não teve qualquer avanço. Verdade seja dita que parece-me que alguém anda aqui a esconder algo no que a este tema diz respeito.

Fernando Ruas, em dezembro passado, veio, em declarações dizer e cita novamente: A Águas de Viseu fica sem efeito se a opção for a de integrar as Águas de Portugal no Sistema já existente.

Bem, com a candidatura feita e a adesão, praticamente, fechada, ao Douro e Paiva, tendo com este problema de abastecimento em alta das Águas de Viseu resolvido, ainda com a necessidade de construção de novas condutas e de novos pontos de ligação, mesmo sem saber onde e como estas irão ser feitas, a realidade é que não haverá nenhuma vontade política por parte do Município vizinho para levar avante a Empresa Intermunicipal das Águas de Viseu, deixando o Executivo Viseense cair e deixado quase sem resposta as restantes Autarquias vizinhas.

O que podemos analisar, ou tirar como conclusão desta decisão? Um ultimato, chamemos-lhe assim, aos Concelhos vizinhos, onde estes, ou acompanham Viseu nesta decisão, ou ficarão a ver navios. A meu ver, além do desrespeito pelos Municípios que queriam constituir esta Empresa, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo e Sátão, as consequências que vemos desta decisão da Câmara de Viseu, em todos os aspetos, nada mais, nada menos, do que mais 300.000,00 euros do erário público, dinheiro usado em Projetos e Estudos, que irão agora ser deitados fora e que foram pagos por estas mesmas Autarquias.

Meus Caros, a verdade é só uma: Muito provavelmente não haverá Águas de Viseu e não fui eu que o afirmei.

Senhor Presidente da Câmara, até com aquilo que será demorada a construção da nova Barragem de Fagilde, caso a construção desta se confirme, a questão que lhe coloco aqui é: Que soluções concretas tem, ou o que pretende fazer o seu Executivo caso as Águas de Viseu não sejam, efetivamente, criadas, de forma a reforçar a captação da água para o Concelho de Nelas, a curto prazo, evitando, também, deste modo, as carências de água neste território?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado pela sua intervenção. Senhor Arlindo, faz favor. Senhor Arlindo, cinco minutos regimentais.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhora Vice-Presidente,
Senhora e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Estimado Público,
Boa noite a todos.

Eu vou ser muito rápido porque só tenho cinco minutos.

Ora, eu gostaria de, pronto, focar aqui alguns casos, que eram o seguinte:

Gostaria de saber, Senhor Presidente, se a passadeira que eu pedi ao fundo da Avenida, Senhor Presidente da Câmara, ao fundo da Avenida da GNR com a junção com a Rua Abílio Monteiro, acho eu que é a Rua Abílio Monteiro, porque todos os dias passa lá uma Senhora, com uma cadeira de rodas, para levar o filho à Escola e não tem passadeira. Corre sérios riscos de ser atropelada.

Sobre a brita, se o Senhor Presidente já se informou se a brita que sai da Linha dos Caminhos-de-Ferro está, ou não, contaminada. O Senhor Presidente não respondeu ainda. Portanto, eu tenho conhecimento e hoje fui reforçado por mais alguém que a brita está contaminada. Já da parte da tarde fui informado disso.

Sei também que o Senhor Presidente da Câmara sempre foi a favor e continua a ser dos Parques Infantis. Já agora, há um Parque Infantil que foi o primeiro Parque Infantil encerrado no nosso Concelho e agora, nem sequer um banco lá tem, que é o das Caldas da Felgueira. Gostaria,

també, que tivesse em atenção, embora haja poucas crianças, na altura do verão, com as Termas, junta-se mais gente.

Sobre o muro que eu disse ao Senhor Presidente, sobre o muro da Póvoa de Luzianes, saber como é que está a situação. Foi um muro em frente à Associação da Póvoa de Luzianes que caiu e já há dois, ou três anos, está caído e tem lá, pronto, obstáculos para impedir que as pessoas se aproximem. Gostaria de saber como é que está a situação.

Hoje fiquei um bocado melindrado e chateado ao passar, fui dar uma voltinha. Ao passar em Santar vi lá uma Rua que aquilo, eu, com toda a sinceridade, com quatro anos de mandato, como Vice-Presidente da Câmara, daquela Zona, ter, antes de chegar ao cemitério, erva enormíssima no passeio, no passeio, do lado direito, de quem vai de Santar – Moreira. E, de volta das árvores, aqueles rebentos das árvores com cerca de um metro de altura. Não sei o que é que se passa nisso.

Sobre as luzes, mais uma vez, gostaria de dizer, sobre as luzes aqui no nosso Concelho. Não estão bem iluminados. Mas, principalmente, na rotunda em frente à Borgstena, quem não conhecer pode ter lá acidentes. No Cruzamento do Hotel da Urgeiriça, a mesma coisa. A iluminação é fraquíssima, para não dizer zero. E também à saída do IC 12, também é isso.

Também gostaria de dizer aqui sobre a Rua do Farol. Eu tenho aqui um documento que o Senhor Vereador Artur Jorge conhece-o. Pelo menos ele e mais alguém deve conhecer. Tenho aqui um documento que não é meu, que não foi feito por mim, é meu, mas não foi feito por mim, que diz o seguinte, sobre a Rua do Farol: Pavimentação da Rua do Farol, com a verba de 10.000,00 euros, na altura. Ou seja, do primeiro mandato do Senhor Dr. Borges da Silva. Ou seja, esta obra era para estar feita em 2016, 2017. Este documento, alguns dos Senhores devem conhecer, não é meu. Por isso, essa obra já devia estar pronta desde 2016, 2017, com verbas destinadas a essa obra.

Sobre o muro das Caldas da Felgueira, gostaria de saber se o Senhor Presidente já mandou lá algum Técnico que verificasse a barriga que está, que tem esse muro.

A Estrada de Carvalhal Redondo – Santar está parada a obra. Acho que é uma obra necessitada, quem passa ali todos os dias, inclusivamente, passam transportes públicos. É uma obra prioritária.

Vou falar numa situação que já falei há uns anos atrás e até hoje nada feito, que é uma barroca que existe na Urgeiriça entre as habitações, barroca essa que foi pedido na altura. E um Técnico, eu não vou dizer qual foi porque tenho muito respeito pela pessoa. Disse que não podiam intervir nessa barroca porque pertencia à Hidráulica. Eu faço a seguinte pergunta: Essa barroca pertence à Hidráulica? É possivel que sim. E, quase garanto que sim. Mas essa mesma barroca, pouco mais abaixo, está a ser manilhada. Será que na Urgeiriça, entre as habitações, não pode ser manilhada? É um prédio que está em construção na Rua do Jardim-Escola. Já manilharam cá mais abaixo onde estão aquelas vivendas geminadas e o prédio também foi manilhado. Será que ali, no meio das habitações, na Urgeiriça, a Hidráulica é outra? São estas situações.

Senhor Presidente, faça-me um favor: Mande-me cortar aquela erva que está no triângulo da Estrada Nacional n.º 231/2, com a Estrada Nacional n.º 231. A erva tem para cima de dois metros. As pessoas, para entrarem na Estrada principal n.º 231, não têm visibilidade nenhuma. Por favor, tenha atenção a estes casos.

Muito obrigado, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Arlindo. Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos a estas intervenções do Público.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Vou tentar ser sintético e ir ao encontro das intervenções dos três Municipes.

No que concerne ao Senhor Municípe João Rego, o Auto que lhe está levantado é um Auto que decorre nos Serviços Técnicos da Autarquia, como sabe. E, portanto, não me parece que seja curial falar sobre essa situação aqui. Eu, pelo menos, não o faço. Vai seguir o seu processo. É o entendimento, se não se importar, é o entendimento dos Serviços da Autarquia. E, portanto, seguirá os seus trâmites normais. Não escusa de ficar assim porque é como é. Está certo e você depois referiu e eu estou a responder. Se não se importar, agora falava eu, que eu ouvi-o, respeitosamente e em silêncio. Pronto. São aceites. O Auto levantado foi um Auto levantado pelos Serviços, que está a decorrer. Foi aquilo que eu disse, para enfatizar, o Senhor referiu isso e é nesse sentido que eu estou a falar.

Na questão do balastro e no balastro, falando também para o Senhor Arlindo Duarte, acho que dá para falar sobre isto. Eu tinha falado, não sei se o Senhor Arlindo Duarte falou, que havia um Parecer da APA a dizer que o balastro não tinha inconvenientes de Saúde Pública. Sendo certo também que também foi referenciado, por outro lado, também em abono da verdade, a questão do balastro e do seu funcionamento em termos da própria Linha Férrea.

O balastro sempre lá esteve durante dezenas de anos e, portanto, embora num contexto de Linha Férrea, mas também de Público. Balastro inerte. O aspeto dos segmentos é límpido e revela a cor de pedra natural. Pode ser utilizado e balizado sem reserva e, sempre que possível, utilizado em funções principais. Não requer condições especiais de armazenagem. Portanto, o que nós estamos a falar aqui, Categoria 1, é o tal Parecer que eu tinha falado, de 2021, da Associação Portuguesa do Ambiente. E é este mesmo Parecer, digamos assim, isto não é motivo, que foi entregue na Autarquia pelo Consórcio da empreitada que o regulamenta e está aqui. Se o Senhor Arlindo quiser ver, não invalidando que haja gente, eventualmente, que tenha outros Pareceres. E se vier provar mais alguma coisa.

Agora, o que funciona é assim: Para aquela obra ser concretizada tem que haver um Parecer da APA. O Parecer da APA é positivo no que concerne a isto. Agora, é a mesma história das análises que temos questionado. Não vamos pôr em causa, mas o Parecer que há da APA, que é a Associação Portuguesa do Ambiente, é no sentido que não constitui perigo, digamos assim, para a Saúde Pública. Podem surgir, eventualmente, outras análises a verificar o contrário.

O Deputado Rui Costa não precisa que eu seja Advogado de Defesa dele. Mas, respeitando, obviamente, as opiniões das pessoas, em Democracia é assim que funciona, a opinião de uma pessoa é respeitável e a opinião da outra pessoa também é respeitável. Eu não acho que haja falta de respeito nenhum por o passado de ninguém. Eu, que me lembre, acho que nunca faltei ao respeito a ninguém no passado. O que não invalida que nós não tenhamos opiniões políticas, desde que, devidamente, salvaguardadas.

Eu acho que não se faltou ao respeito a ninguém. Por ventura, a ironia da fábrica de preservativos é capaz de ser uma questão mais de gozo do que, propriamente, se calhar, o que o Deputado Rui Costa fez. O que o Deputado Rui Costa fez foi questionar uma obra que foi inaugurada. Não é a obra que está em causa. E foi dito isso e bem, o Reservatório da Água não é questionado, politicamente, por ninguém. Não me parece que, independentemente, de ter sido num outro mandato, como falou o Senhor Vereador Artur Ferreira, não houve contestação de ninguém. Aliás, foi neste mandato. Peço desculpa. É uma questão que é transversal. Portanto, ninguém é contra essa questão. Nem me parece que tenha sido isso. O que nós estamos aqui a falar foi da

inauguração de um edifício que não estava pronto a funcionar. Eu acho que isso também me parece claro.

O que, de acordo, se faz com a ETAR de Nelas III. A ETAR de Nelas III, o que nós falámos aqui sobre as ETAR,s é a questão do que é a defesa do interesse municipal. Acho que isso também não é posto em causa.

Sobre o incentivar às bancadas a falar, eu, obviamente, sobre isso não me meto. Não é foro da minha competência, nem quero, de alguma forma, fazer isso. Mas, pronto, fica dada a sua sugestão para, eventualmente, fazer isso.

A prevenção dos incêndios, as EIP,s. Eu, depois, desdobrei mais do que uma vez isso. Se eu utilizei, excessivamente, o acrónico, peço desculpa. São as Equipas de Intervenção Permanente. É um termo que é usado genericamente. E não é a resolução de todos os problemas. Não é. Mas é uma ajuda grande. Particularmente, acho que também fui claro sobre isso no que concerne á planificação em termos futuros e à prevenção.

Dizer também que a limpeza está a ser feita e, eventualmente, já está, quer a limpeza da faixa secundária, quer a limpeza nas Freguesias, está aprovada no território do Concelho e está a ser executada. Portanto, obviamente, o que nós estamos aqui a falar é que essas questões estão a ser resolvidas também a seu tempo.

No que concerne ao Senhor Municipe Milton, das Águas de Viseu. As Águas de Viseu, eu falei sobre isso. Mas vou tentar não ser redundante naquilo que disse. Os cinco Municípios continuam interessados na construção da nova Barragem. E isso é claro. Tanto assim é que foram aprovadas as démarches feitas pelos Representantes da Empresa Intermunicipal junto à APA para que o Estudo Prévio também seja custeado pela própria APA e não pelos Municípios e que haja uma resposta célere nesse sentido, tendo havido Presidentes de Autarquia, inclusivé, do espetro político-partidário do Governo que se disponibilizaram para arranjar uma audiência com o Ministério do Ambiente para se arranjar uma solução, o mais célere possível. Portanto, eu acho que aqui não há nenhuma preocupação acrescida.

Sendo certo que a solução de curto prazo, se, eventualmente, não for consensual, poderá, de alguma forma, fragilizar a outra? Com certeza q ue sim. Eu tinha dito que, independentemente, do que falou o Senhor Municipe Milton, eu não sei se Viseu está de pé atrás, ou não. As declarações que há não são, completamente, esclarecedoras.

A questão dos 10.000 metros cúbicos diários, há, admito, dúvidas se serão para consumo exclusivo de Viseu, ou se serão no âmbito da Empresa Intermunicipal. E é nesse momento isso que isso está a ser efectuado.

A adesão à Douro e Paiva e as soluções que possam ser feitas, outras soluções, a adesão ao Douro e Paiva, a que está a ser pensada e que o Douro e Paiva pediu é para a adesão ser feita pelos Municípios. Cada Município manifesta a sua intenção de aderir à Douro e Paiva. A ideia que nós temos e aqui ninguém se chegou à frente, o que nós estamos a falar é o que nós promovemos sempre a reunião com os Municípios todos no sentido da coesão da Empresa Intermunicipal não se esbater para mantermos a força dos números e da escala.

É essa sempre a ideia que houve em termos do Executivo na conversa com os outros Municípios que pensam da mesma maneira. Viseu, esperamos que também que sim. Mas é o pensamento de Mangualde, de Penalva do Castelo e do Sátão também.

Outras alternativas que estão em cima da Mesa, como a Douro e Paiva. Se fosse verdade, por exemplo, que a Douro e Paiva nos pusesse a água em alta a 43 cêntimos, sem outro custo adicional, eu acho que nós diríamos todos hoje já que sim. É mais barato do que a água que nos é fornecida em alta, atualmente. E, portanto, termos um fornecimento de água que tem capacidade

para abastecer de água os territórios, que tem um custo inferior, alguém iria dizer que era contra? Não. Nós temos algumas reservas é quanto a isto, depois, da efetivação da questão.

Agora, se nos garantissem encontrar, fazer um abastecimento a Nelas, ao Município de Nelas e aos outros Municípios também porque há aqui uma questão que, para nós, que é cara e importante, que é a solidariedade municipal. Portanto, nós achando que resolvendo o problema de Nelas não estamos a ser, propriamente, solidários.

Estamos numa Empresa Intermunicipal, estamos para resolver um problema dos cinco Municípios e não, necessariamente, exclusivamente, o do Município e tem sido essa a ideia, não sei se era disso que estava a falar do chegar à frente. Nelas tem-se chegado à frente aí., sim. Isto é uma solução conjunta e não cada um resolver o seu problema. Se a aceção é essa, então está correto.

Recordo, para terminar, sobre este ponto, que houve uma oportunidade de ouro para esta Região resolver esse problema e ficou para as calendas, foi a Barragem de Girabolhos. A Barragem de Girabolhos seria, provavelmente, a solução mais ideal para o fornecimento de água do Concelho. Toda a gente sabe o que é que aconteceu com a Barragem de Girabolhos. Estamos em crer, com o Rio Mondego, em alta também e com os Concelhos que estavam e a ligação a Nelas, particularmente àquela reserva de água e àqueles territórios, seria muito mais benéfico, estrategicamente, para o Concelho de Nelas. Mas não vale a pena falarmos sobre isso. É uma não solução porque acabou.

Agora, eu tenho pena que o Governo, na altura, tenha e acho até alguma ironia a ver agora preocuparem-se tanta gente de vários espetros político-partidários com a solução da água, quando tivemos uma boa e o Governo desperdiçou-a. Foi a Barragem de Girabolhos.

Sobre o Senhor Municipe Arlindo Duarte, sobre as britas, Senhor Arlindo, pronto, é aquilo que eu digo, embora possa haver outros entendimentos, outros Pareceres, outras análises. A que há oficial, para já, é esta e é desta que se fala.

Sim. Os Parques Infantis, sim, nomeadamente, o das Caldas da Felgueira, para fazer. O muro da Póvoa de Luzianes, agradecemos também o contributo para também se verificar. Mas é uma questão que também está sinalizada até pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia que, à semelhança dos outros Presidentes de Junta de Freguesia, em abono da verdade, sinalizam muito bem os problemas e por vezes o Executivo não tem condições para solucionar e resolver os problemas que nos apresentam. E, sem problemas nenhuns, dizer que o Executivo que está a ir ao encontro das vossas expetativas, com a maior celeridade.

A saída do IC 12, Senhor Arlindo, pronto, eu tinha falado nisso na intervenção logo inicial. Eventualmente, pode não ter ouvido. Uma das questões que está a avançar e está aprovada é, precisamente, a sinalização do Nó do IC 12, que é uma obra para avançar muito brevemente. Não é uma obra. Chamar uma obra é capaz de ser excessivo, também. Mas é uma intervenção que é para fazer muito brevemente e para resolver.

Sobre a Rua do Farol. Já devia estar pronta? Eu admito que sim. Como vocês sabem, em sede de orçamentação nós podemos ter a intenção de fazer várias obras e meter lá a rubrica de um euro e dizer que queremos fazer aquelas obras todas, ou meter lá outro valor orçamental qualquer. O que é certo é que, no meio disto, é que não está. E, portanto, já foi exposto pelo Senhor Presidente da Junta e o Executivo já disse que, a seu tempo, tentará resolver a situação.

Sim, sobre o muro das Caldas da Felgueira, já foi vistoriado. E, obviamente, o que houver para corrigir será feito.

A Estrada Carvalhal Redondo – Santar, eu não sei se estamos a falar das valetas. Era disso que também estava a falar o Senhor Arlindo? Ou não? Da intervenção de uma valeta, da

parte do alcatrão também que está a ser sinalizado. E, também, em abono da verdade, é uma das reivindicações do Senhor Presidente da Junta de Carvalhal Redondo/Aguieira, da União de Freguesias, que tem feito isso também de forma enfática, à semelhança dos outros Senhores Presidentes de Junta.

Sobre a Estrada Nacional n.º 231, em particular, dizer que muita dessa responsabilidade é da faixa primária das Infraestruturas de Portugal e alguma dela já está a ser executada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, está encerrada a sessão.

Muito boa noite e muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: